

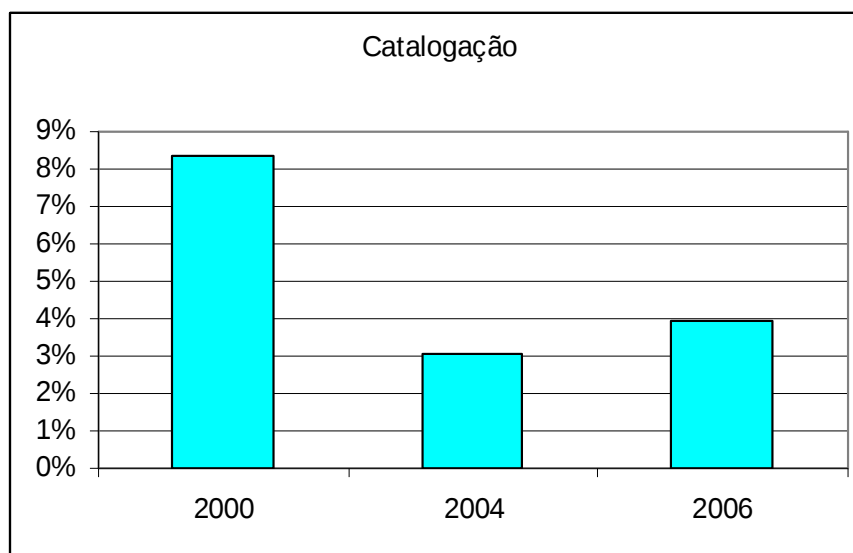
4. Projetos de ordem prática

Neste capítulo, agrupam-se os projetos das categorias em torno do eixo prático do *corpus* selecionado, que são *Catálogo* e *Prática de escrita historiográfica*, sendo que a caracterização de cada uma é apresentada no início de cada análise.

4.1. Catálogo

Reúnem-se, nesta categoria, os trabalhos de teor historiográfico que buscam mapear, catalogar, obras e/ou autores, sem grandes preocupações de análise ou de estabelecimento de algum tipo de genealogia para o material catalogado, mas com aparente estrutura de organização de dados para futuras pesquisas de escrita historiográfica em literatura. Nesse sentido, trabalhos que operam no primeiro movimento para uma prática de escrita historiográfica, que é, justamente, a catalogação dos dados.

Gráfico 09 – Catálogo



Com a leitura do gráfico 09 constata-se, à primeira vista, que esse tipo de perspectiva é recente na ABRALIC; surge somente em 2000. Quantitativamente sua representatividade também não é muito expressiva: pouco mais de 8% em 2000, 3% em 2004 e quase 4% em 2006.

Em análise qualitativa, percebe-se que os projetos só permitem formação de padrão a partir de 2004, o que deixa a produção de 2000 isolada no quadro geral. Neste ano, temos o trabalho de Luciane Nunes, da UFF, intitulado “Nas entrelinhas do discurso: cultura e censura no Brasil oitocentista”, o qual tem por objetivo apresentar uma cartografia sobre o papel da censura no século XIX. Seu trabalho informa que esse tipo de atividade começou a ser institucionalizado com

o teatro, tido como principal local de formação de opinião e de conduta. Foi junto com a idéia de fundação de um teatro oficial que se originou a história da censura no Brasil: “Em 1813, D. João funda o Real Teatro de São João e, em 1824, o destino das artes dramáticas já estava nas mãos da Intendência Geral de Polícia, instituição responsável pela fiscalização e funcionamento dos teatros e espetáculos.” (NUNES, 2000, s/p). A “manutenção da ordem” chega a ser oficializada em documento e é apresentada como sendo “condição primordial para que a arte se tornasse verdadeiramente útil à formação do público.” (*Idem*). Em edital datado de 29 de novembro de 1824, lê-se a seguinte função da censura: “evitar (...) as desordens e irregularidades que privam os povos da utilidade que este divertimento [o teatro] deve-lhes produzir quando é bem ordenado”.

Outro local em que se constata o funcionamento oficial da censura enquanto prática destinada a um ideal de utilidade e pedagogia é no Conservatório Dramático Brasileiro, fundado em 1843. A diferença agora é que o Conservatório não delegava tal função à polícia, mas aos “homens das letras”. Atuaram como censores na instituição figuras como Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto Alegre, Martins Pena, o Cônego Januário da Cunha Barbosa, Joaquim Manuel de Macedo, José Clemente Pereira e Machado de Assis. É interessante ler o que esses nomes definiram como objetivo de seus atos:

animar e exercitar o talento nacional para os assuntos dramáticos e para as artes acessórias – corrigir os vícios da cena brasileira, quanto caiba na sua alçada – interpor o seu juízo sobre as obras, quer de invenção nacional, quer estrangeiras, que ou já tenham subido à cena, ou que se pretendam oferecer às provas públicas, e finalmente dirigir os trabalhos cênicos e chamá-los aos grandes preceitos da Arte (*Idem*).

Todavia, o Conservatório acabou se prestando a servir como “guardião da moral e da decência”. O trabalho de Nunes é interessante por dar visibilidade a outras facetas de nomes fortemente consolidados na literatura brasileira, como, por exemplo, Machado de Assis, que, apesar de criticar o papel da censura em muitas situações, concordou com a intervenção da polícia no veto da peça *As asas de um anjo*, de José de Alencar, alegando que não havia na temática da reabilitação da mulher perdida nenhuma utilidade, o que destituía a arte do seu caráter exemplar e formador. Curioso o fato da peça de Alencar não poder ter sido apresentada, mas sim as de autores estrangeiros como Alexandre Dumas Filho,

com *A dama das camélias*, ou Théodore Barrière, com *As mulheres de mármore*. O próprio Machado redige uma resposta depois dizendo concordar com o fato de que se deve ser mais rigoroso com a produção nacional: “Só por este modo pode a reflexão instruir a inspiração” (*Idem*).

A autora elenca outros episódios em que o papel da censura imperou, permitindo, com sua catalogação, lançarem-se olhares mais aguçados sobre figuras já renomadas no campo literário.

Em 2004, o cenário fica mais promissor, pois surgem projetos com intuito de formar banco de dados. Trata-se, por exemplo, do trabalho de Miriam Denise Kelm, da PUC-RS, intitulado “Olhares deslocados sobre temáticas complexas: possíveis alterações na historiografia oficial”, o qual se configura como uma catalogação de livros possíveis de serem agrupados sob a rubrica de Romance Histórico, tais como, *Lugar de massacre*, do açoriano José Martins Garcia; *A memória de ver matar e morrer*, do também açoriano João de Melo dentre outros.

O interessante nesse tipo de trabalho são as diferentes perspectivas de abordagem que seus leitores podem realizar, como, por exemplo, a constatação, com a leitura das sinopses das obras – Kelm apresenta a sinopse de todas – que elas apresentam, em sua totalidade, a mudança de voz do enunciador do tema central do discurso oficial.

Em 2006, esse perfil se consolida como padrão principal. Temos, por exemplo, o trabalho “Os romances nos anúncios da Gazeta de Lisboa e da Gazeta do Rio de Janeiro”, de Simone Cristina Mendonça de Souza, da UNICAMP, que se configura como compilação de dados sobre os primeiros romances editados no Brasil. Souza apresenta informações tais como a data de chegada do primeiro prelo no Brasil (no oitavo ano do século XIX) e o fato de até 1821 todos os pedidos de impressão (exceto os decretados pelo rei) precisarem passar pela censura prévia, sendo pagos pelo interessado. Quantitativamente, informa que, entre 1808 e 1822, foram publicados 47 romances no Brasil, fornecendo alguns dados materiais sobre tais romances: formato do livro, encadernação, número de páginas, forma de edição etc. Comenta o modo como os livreiros anunciavam os romances: no periódico *Gazeta do Rio de Janeiro* (ou na *Gazeta de Lisboa*, em Portugal), o que permite ver quais romances foram oferecidos ao mesmo tempo no Rio e em Lisboa, quais foram publicados primeiramente lá e quais primeiramente aqui. Passa, então, para a análise do discurso acerca dos romances

em circulação no Brasil-colônia nos primeiros anos do século XIX. É curioso saber que os livros eram anunciados juntamente com outros produtos ou anúncios (de perda de dinheiro, ou de objeto de estima ou de valor; de imóvel para vender etc.). Esse tipo de trabalho permite, por exemplo, observar quais eram os romances em circulação em Lisboa no período entre 1808 e 1822 e confrontá-los com os que eram anunciados aqui a fim de perceber formações de opinião. Seu trabalho permite, assim, esboços de aspectos da mentalidade de época, das diferenças de concepção do que era a leitura aqui e em Lisboa, de comparação quanto ao que chegava para o Brasil e para Portugal, da diferença de tempo de chegada de uma obra aqui e em Portugal, de como era feito o controle sobre o que se lia na colônia, de como foi formada a comunidade de leitores comuns no Brasil etc.

Outro trabalho a ser mencionado é o de Brigitte Thiérion, da Université Haute Bretagne – Rennes 2, intitulado “A reescrita da história na ficção brasileira contemporânea (1997-2003)”, o qual apresenta catalogação das obras compreendidas no período entre 1996 e 2003, no Brasil, a fim de averiguar quais podem ser classificadas como Romance Histórico e, em seguida, analisá-las e classificá-las por temas. Seu *corpus* foi a revista *Cult* e os catálogos eletrônicos, segundo ela, de alguns dos maiores editores nacionais (não cita, contudo, nenhum deles). Identificou cerca de 70 romances, os quais foram selecionados em função dos temas e do período em que situam a ação narrada. Com isso, constatou que se retratam, nesses romances, três períodos da história nacional: os séculos XX, XIX e a Colonização. De forma bem resumida, tem como resultado: sobre a produção romanesca do século XX, distingue três temáticas: a ditadura, o questionamento do próprio século e a questão indígena; sobre o tempo da colonização, detecta os seguintes sub-temas: os que se organizam em torno das conquistas, da noção de justiça e da narração do mundo; sobre o século XIX, identifica romances que tratam da queda do Império. Thiérion comenta a sinopse de todas as obras, as quais esquematiza da seguinte forma: as obras relativas ao século XX apresentam feições autobiográficas, com introspecção e análise; o século XIX é voltado para revoltas; e os romances da Colonização falam de alteridade e do desejo, abordando também as questões de justiça.

Seu trabalho pode funcionar também como banco de dados para futuros pesquisadores em historiografia literária, os quais podem se ocupar de questões

tais como, mentalidades de época (o que estão pensando os escritores, ou uma boa parcela deles, no quesito histórico no país); a que a mídia está dando relevância, a que dá ênfase para ser publicado enquanto propaganda/resenha na revista e, consequentemente, em que sentido isso afeta o público leitor etc.

→ Em análise geral, constata-se o predomínio da preocupação de catalogação de obras do gênero Romance Histórico, configurando 50% dos trabalhos, que começa a se formar em 2004. Também vale destacar que o projeto de 2004 dá visibilidade a obras estrangeiras, no caso, de Açores (Portugal), enquanto que em 2006, o foco passa a ser a produção brasileira. Como a formação de padrão nesta categoria é recente, e também com tendência de aumento, como atesta o gráfico 23, é necessário observar as manifestações nos próximos anos para melhor configuração do padrão ora identificado.

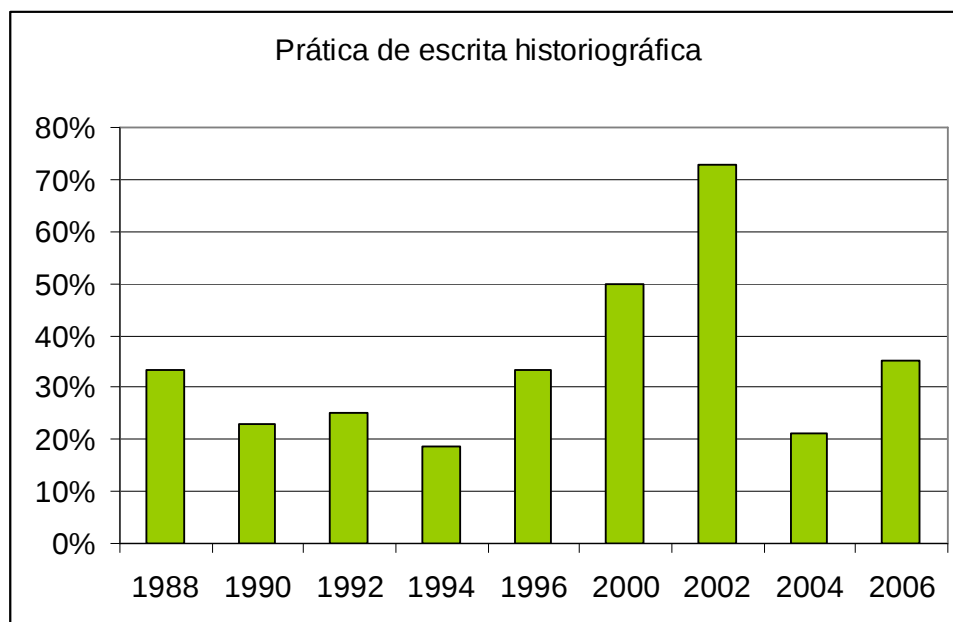
4.2. Prática de escrita historiográfica

Esta categoria reúne projetos de reescrita de trechos da história da literatura no Brasil; de resgate de autores, obras e/ou movimentos que ficaram à margem da historiografia literária oficial; de releitura de autor, obra e/ou aspectos de movimentos que tenham sido “alterados” para melhor se adequar aos propósitos do discurso historiográfico literário oficial; de inserção de autor e/ou obra que tenham ficado à margem do discurso oficial; e de escritas alternativas para determinados períodos da história da literatura no Brasil.

Importante destacar que essa é a única categoria presente em todas as ABRALICs, e sempre com representatividade significativa, se pensarmos que lidamos com dez categorias específicas mais o espaço para projetos isolados. Em todos os anos analisados, sua representatividade é superior a 15%. Quantitativamente, constitui-se, então, como a categoria de maior representatividade do *corpus*. Sua apresentação difere um pouco das anteriores, estruturando-se da seguinte forma: leitura diacrônica do gráfico 10; apresentação do perfil principal que caracteriza cada ano, assim como os secundários, quando for o caso; apresentação da descrição dos trabalhos selecionados, os quais vêm seguidos de um referencial em negrito entre parênteses para facilitar à sua remissão; depois da análise e descrição de cada ano, apresentação de análise geral da categoria, com sua oscilação no que diz respeito aos padrões selecionados,

tentando perceber uma tendência geral no que diz respeito aos projetos da categoria no período do recorte.

Gráfico 10 – Prática de escrita historiográfica



a) 1988

Em 1988, a categoria apresenta representatividade de pouco mais de 30%, a qual não permite formação de perfil, porque computa, em números absolutos, somente um trabalho, o qual se configura como isolado neste momento. Trata-se do projeto “Repensando e revendo o barroco: a concepção teocêntrica da arte no século XVII e suas consequências. Idéias e formas”, de Lilian Pestre de Almeida, da UFF, a qual propõe uma releitura do Barroco na América Latina, defendendo que aqui, mesmo aparecendo em época muito depois de seu surgimento na Europa, apresenta elementos medievais. Segundo Pestre, o movimento deveria apresentar nova configuração na periodização oficial, novos diálogos com outros movimentos literários, em função de sua grande característica, nas Américas, ser permitir o agenciamento de elementos medievais em pleno século XVIII.

Enquanto atualização de leitura e/ou de movimento, seu trabalho tem pouco a acrescentar. Basta lembrar que em 1972, Severo Sarduy já apresentava uma leitura do Barroco nas Américas nessa linha, desenvolvendo, inclusive, seu conceito de Neobarroco. **(Releitura do Barroco na América latina).**

b) 1990

Em 1990, o quadro se transforma um pouco. Percentualmente evidencia-se uma diminuição no gráfico para pouco mais de 20% de representatividade. O perfil principal deste ano é a releitura do Modernismo brasileiro. Todos os trabalhos tratam dessa questão, como se pode observar nas descrições apresentadas a seguir.

O trabalho “Blaise e Febrônio: surrealismo, misticismo e história literária”, de Gláucia Soares Bastos (não indica a instituição) perpassa a questão da formação do cânone ao tratar da produção surrealista de Febrônio Índio do Brasil, a qual, apesar de ter seus escritos plenamente enquadrados nas vanguardas da época e correspondente ao Modernismo brasileiro, foi excluída do universo literário em função da conduta do autor fugir à prática social e moral da época. Segundo Bastos, os textos de Febrônio, editados nos anos 20, foram considerados por Sérgio Buarque de Holanda e Prudente de Moraes Neto como um “exemplo do melhor surrealismo, enquanto escrita automática, transporte lírico e delírio consciente” (BASTOS, 1990, p. 180). Bastos questiona a não inserção de Febrônio no quadro dos literatos do Modernismo, propondo esse agenciamento, ou seja, sua vertente é a do questionamento do cânone e da reclamação de sua atualização, o que permite vislumbrar seus bastidores, confirmando a não objetividade de sua formação. Ao criticar também os modernistas, afirmando que as mudanças por eles propostas ficaram no plano do discurso, não da prática, Bastos realiza também uma releitura do Modernismo brasileiro.

Febrônio, que foi preso em setembro de 1927 por homicídio e declarado “louco moral” em 1928, sendo enviado a um manicômio judiciário, tinha visões e sonhos místicos os quais o encarregaram, segundo ele, de escrever um livro para divulgar a palavra de Deus. Na época de sua prisão, Blaise Cendrars realizou uma entrevista com Febrônio, o que originou um artigo, escrito nos moldes surrealistas, em que se mostra Febrônio como personagem *avant-la-lettre*, indomável, alheio a toda forma de civilidade; nesse sentido, realizando justamente o que era de interesse da vanguarda européia sobre tais temas. Todavia, esse texto só foi lido no Brasil após 1976, quando de sua tradução para a antologia organizada por Alexandre Eulálio.

Após a prisão de Febrônio, que morre em um manicômio, onde passou 50 anos de existência, todos os seus livros foram exemplarmente queimados,

revelando aparente incoerência com os preceitos que seriam defendidos tão brevemente com a publicação de *Macunaíma* e do *Manifesto antropófago*. Bastos atenta para o fato de toda uma comunidade letrada ter se mantido em cúmplice silêncio diante de tal ato, “ignorando” que o romance de Febrônio se aproximasse enormemente do movimento Surrealista: “as *Revelações do príncipe de fogo* foram destruídas sem que nenhuma voz se erguesse em sua defesa” (*Ibidem*, p. 183).

Segundo a autora,

diferentemente da vanguarda européia na qual se inspira, e que busca exatamente a confluência entre arte e vida, o que leva os artistas a assumirem em seu próprio cotidiano uma atitude bastante polêmica, os nossos modernistas teriam restringido sua intervenção ao exercício verbal. Daí porque, mesmo se no campo teórico a idéia de sacrifício pudesse ser aproximada do ritual antropofágico dos índios de Pindorama, na prática o comportamento excêntrico de Febrônio não mereceria qualquer comentário por parte dos mesmos modernistas. (*Idem*). **(inserção de Febrônio no cânone, questionamento desse e crítica à postura dos Modernistas)**

Outro trabalho é o de Maria Zilda Ferreira Cury, da UFMG, intitulado “Oswald no diário de Minas: um modernistas descobre o Brasil”, o qual apresenta um estudo acerca das intercessões havidas entre os modernistas paulistas e os modernistas mineiros, mostrando que os eventos não ocorreram concomitantemente, como querem mostrar os manuais e as histórias de literatura oficiais – ainda que futuramente os modernistas mineiros tenham integrado o movimento paulista. Nesse sentido, de acordo com Cury, para se entender o modernismo brasileiro faz-se necessário estudar como os primeiros modernistas influenciaram e foram influenciados por outras regiões.

Para a realização de seu projeto, ela se baseia em material de fonte primária, no caso, jornais, os quais possibilitam uma “compreensão mais abrangente da produção literária e dos diversos elementos condicionantes da vida cultural da época” (CURY, 1990, p. 254). No caso, Cury lida com o jornal *Diário de Minas*, em que aparecem as primeiras manifestações dos modernistas de Belo Horizonte – Carlos Drummond de Andrade, João Alphonsus, Emílio Moura etc. – e com a entrevista de Oswald de Andrade concedida ao jornal *Diário de Minas*, em 1924.

A autora defende que “o jovem grupo belo-horizontino já desfrutava das condições ‘internas’ para a estruturação de seu modernismo” e que “a visita dos paulistas [referência à viagem empreendida por Oswald e Mário a Minas na busca do Brasil colonial e do primitivo] talvez pudesse ser encarada como detonador do processo que o articulava definitivamente como tal” (*Ibidem*, p. 257). Cury defende que os mineiros, simultaneamente, explicitaram sua postura diante da modernidade aos paulistas, deixando-se também permear por sua influência. Prova da influência dos mineiros no grupo paulista são as produções de Oswald, Tarsila e Mário (vide o poema “Noturno de Belo Horizonte”) influenciadas pelo contato com a arquitetura colonial.

Prova da influência dos paulistas nos mineiros são os escritos que passam a assumir um cunho nacionalista, como pode ser constatado nas produções que aparecem depois em *A revista*. Segundo Cury, é interessante comparar as primeiras produções dos mineiros no *Diário de Minas* com as produções futuras em *A revista*. Ela afirma que fica clara a existência de um modernismo mineiro antes do contato com o grupo paulista, assim como a influência que esse grupo exerceu nos mineiros. Sua constatação vai de encontro ao que afirmam os manuais e as histórias de literatura brasileira oficial, quando dizem que o modernismo brasileiro surge primeiramente, somente com os paulistas, e que são esses que influenciam todo o país, transformando-o literariamente. **(releitura do discurso oficial sobre Modernismo. Trabalha com periódicos).**

O trabalho “Haroldo de Campos: uma crítica transcultural”, de Sonia Brayner, da UFRJ, propõe uma reavaliação da obra de Oswald de Andrade através da discussão que Haroldo de Campos fez de sua obra. Segundo Brayner, a leitura de Haroldo dentro do paradigma da mobilidade, da valorização do descontínuo, da paródia, da não historicidade e, principalmente, da “Antropofagia como uma apropriação transcultural da História”, aproxima tanto sua leitura quanto a produção de Oswald do paradigma desconstrucionista defendido pela maioria dos críticos e teóricos contemporâneos, através do qual, o conceito de história enquanto verdade a ser resgatada é questionado, permitindo toda uma ampliação para novas leituras, para novos questionamentos. É dentro dessa perspectiva que ela propõe uma releitura da obra de Oswald, como um dos primeiros a vislumbrar essa discussão. **(releitura de Oswald – Modernismo).**

c) 1992

Em 1992, o gráfico indica aumento, apesar de mínimo, na categoria, para mais ou menos 25% de representatividade. Neste ano, constata-se a não formação de um perfil principal, visto as propostas serem muito diversificadas, o que aponta, entretanto, para uma ampliação nas perspectivas de projetos, como se pode perceber nas descrições dos trabalhos.

O trabalho “Banco de dados do Projeto Leryy-Assu: presença da cultura francesa na historiografia literária brasileira”, de Helena Bonito Couto Pereira, da USP, tem como objetivo investigar a influência dos franceses na historiografia literária brasileira. É importante ressaltar que a autora apresenta enorme preocupação em especificar seu método de pesquisa (coisa rara em estudos de literatura, sobretudo nesta época).

Em sua metodologia, foram fichados os seguintes autores com as seguintes obras:

- Alfredo Bossi, Massaud Moisés, Antônio Soares e Nelson Werneck Sodré: *História da Literatura Brasileira*;
- Afrânio Coutinho: *A literatura no Brasil*;
- Antônio Cândido: *Formação da Literatura Brasileira*;
- Silvio Romero: sua obra sobre história da literatura no Brasil;
- José Veríssimo: sua obra sobre história da literatura no Brasil;
- Ronald Carvalho: sua obra sobre a história da literatura no Brasil;
- Wilson Martins: *História da inteligência Brasileira*.

Em sua leitura, procura elencar os autores que viram a influência francesa como positiva e os que a viram como negativa. Nesse sentido, o autor que mais condena a influência dos franceses é Sílvia Romero, para quem tal relação teria retirado o caráter nativo e original da literatura brasileira. E os autores que mais apreciam tal influência são Ronald de Carvalho e Antonio Candido, para os quais ela teve importância, sobretudo, na constituição do Romantismo no Brasil. É interessante mencionar que, em um levantamento quantitativo, Pereira computou 262 franceses citados nas obras no que tange o campo literário, dos quais, os nomes mais frequentes nos autores de historiografia brasileira são Vitor Hugo, Chateaubriand, Rousseau, Taine, Balzac, Musset, Voltaire, Baudelaire, Lamartine e Flaubert.

Como se trata de uma pesquisa em andamento, sua análise dos dados ainda é bem parcial, todavia, já consegue demonstrar como afirmações sobre a

preponderância do pensamento francês nas primeiras escritas de historiografia literária no Brasil não procede. **(Influência francesa na historiografia literária brasileira).**

Outro trabalho é o de Italo Moriconi, da UERJ, intitulado “Marginais, niilistas e pós-modernos: para uma história da poesia recente no Brasil”, propõe realizar uma história da literatura recente (poesia dos anos 70 e 80), sendo que, ao realizá-la, propõe uma discussão sobre a questão do pós-modernismo como um esgotamento do modernismo, afirmando que isso teria se complicado com a poesia de João Cabral de Melo Neto.

Para ele, a grande mudança da produção poética da década de 70 para a de 80 não se deu em função de uma nova configuração de escrita ou de uma nova estratégia de linguagem, mas sim de uma nova condição de produção e de circulação da poesia. Assim, os autores da década de 70 – antes marginais – passaram a ser publicados por grandes editoras, evidenciando uma normalização dessa escrita. Segundo Moriconi, essa normalização significou “re-situar o livro de poesia como produto no mercado cultural estruturado, deixando de ser apenas o sintoma de uma inquietação existencial” (MORICONI, 1992, pp. 733-734).

Sendo que essa nova situação também coaduna com o que ele chama de esgotamento da poesia modernista, marcada pela repetição do que já foi feito. Moriconi afirma que tal crise já tinha sido percebida por João Cabral, na década de 40, mas que sua manifestação efetiva só se deu após a afirmação de sua poesia, visto que a própria poesia de Cabral teria vindo no sentido de complementar a estética modernista. Assim, para ele, o caminho a ser tomado pela poesia pós 80 deve ser pensar no que fazer depois de Cabral, e não de repeti-lo. **(Proposta de historiografia da poesia dos anos 70 e 80).**

Outro trabalho é “A architextura de Sousândrade: política e poética”, de Idelber Avelar, da Universidade de Carolina do Norte (EUA), que objetiva uma atualização de Sousândrade e, ao mesmo tempo, uma crítica à constituição do cânone baseada em uma perspectiva de uniformidade e de homogeneidade, visto serem essa responsável por discriminações de autores e/ou obras. Sobre Sousândrade, Avelar aborda sua postura dissonante, visto ele não estar preocupado em ressaltar a figura do “herói”, ou seja, totalmente na contramão da vertente privilegiada pelo Romantismo. Segundo Avelar, há uma particularidade interessante na epopéia de Sousândrade: ele “escreve através de Guesa a saga do

povo latino-americano, ou seja, a dos derrotados da história” (AVELAR, 1992, p. 687). Ao não se lidar com uma narrativa de triunfo, a própria noção de herói épico é deslocada, justamente no momento histórico em que mais se valorizava o ideal da identidade nacional no Brasil. Sousândrade também ultrapassa concepções ao fugir da busca de um idioma nacional e apresentar um plurilinguismo em sua poesia, o que, de acordo com Avelar, deve ser compreendido não como simples extravagância, “mas como elemento central de uma prática polifônica. Revolucionária tanto poética como politicamente” (*Ibidem*, p. 689).

Avelar defende a escrita da história dos esquecidos, dos elementos que foram silenciados para que se projetasse a identidade nacional. É nessa perspectiva que propõe ser lido Sousândrade, rompendo com as críticas negativas feitas por Silvio Romero, Afrânio Coutinho e Antonio Candido. **(proposta de releitura do cânone através da recolocação de Sousândrade).**

O trabalho de Francisco Foot Hardman, da UNICAMP, intitulado “Utopias e messianismos no Brasil (1870-1920): trilhas românticas da modernidade”, pretende defender a presença de traços românticos (no caso, no aspecto de busca da unidade nacional) no período modernista. Todavia, há um grande equívoco em sua concepção, pois, pelo que defende, a busca de unidade nacional ocorria em terreno político, não literário. Ele mesmo, ao escolher a obra que provaria tais traços românticos, escolhe *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, dizendo tratar-se de um texto chave para se compreender “a barbárie perpetrada pelo Estado nacional moderno (...) em nome da unidade do país e do modelo civilizatório” (HARDMAN, 1992, pp. 545-546). Há equívocos até mesmo nas nomenclaturas, pois Romantismo e Modernismo se relacionam a períodos literários e não a perspectivas político-governamentais. **(Defende a permanência de aspectos do Romantismo no Modernismo).**

d) 1994

Em 1994, novamente o gráfico mostra uma oscilação apontando para queda de interesse na categoria, com índice percentual de quase 20%. O perfil principal desta ABRALIC é a (re)inserção, na historiografia literária oficial, de figuras deixadas à margem pelo discurso oficial. Os trabalhos nesta linha representam 66,66% do total.

O trabalho de Ana Lúcia Almeida Gazolla, da UFMG, intitulado “O olhar da mulher: relatos de viagem oitocentistas sobre o Brasil”, busca resgatar o papel do texto feminino no contexto da colonização, no sentido de ampliação do cânone literário oficial. Para tal, lida com os relatos de viagens das mulheres inglesas do século XIX, não para examinar tais textos enquanto relatos de vidas individuais de mulheres em busca de identidade e auto-realização, mas para entender o lugar desse tipo de texto na história, tanto literária quanto no aspecto da colonização. Gazolla defende que os textos de autoria feminina funcionam “como um fator de relativização do discurso colonial” (GAZOLLA, 1994, p. 77). Seu foco não é traçar uma diferença desses textos no sentido de marcar uma essência de autoria feminina: “o que se propõe é que os relatos de viagem escritos por mulheres se constroem em um processo de interação das limitações textuais do discurso colonial e das limitações do gênero feminino” (*Ibidem*, p. 78). Usa, como exemplo paradigmático neste trabalho o *Journal of voyage to Brazil, and residence there, during part of the years 1821, 1822, 1823*, de Maria Graham, a fim de compreender como o olhar feminino percebia e representava o Brasil do século XIX. Conforme Gazolla, como Graham tinha menos interesses em jogo de poder do que os representantes oficiais do projeto imperial, ela podia “operar em um modo mais analítico, enfocar assuntos de interesse humano e, até mesmo, apresentar em alguns momentos uma crítica à mentalidade capitalista” (*Idem*). Ainda que ela nunca ataque o paradigma da exploração e fique sempre no nível da crítica a indivíduos, é possível vislumbrar aspectos outros da mentalidade de época que apontam para outros prismas da leitura da colonização, o que reforça não somente o caráter de construção do discurso oficial, como também a necessidade de se questionar esse discurso. **(Inserção do discurso feminino do século XIX no cânone, mostrando outros prismas do discurso oficial da colonização).**

E o trabalho de Luiz Roberto Velloso Cairo, da UNESP/Assis, intitulado “Santiago Nunes Ribeiro e a nacionalidade da literatura brasileira”, que pretende resgatar o pensamento de Santiago Nunes Ribeiro enquanto historiador de literatura, mostrando a originalidade e a modernidade de seu discurso ao defender a nacionalidade brasileira em um momento em que se questionava sua existência. Para tal, trabalha com o periódico *Minerva Brasiliense*, um jornal de Ciências, Letras e Artes, publicado por uma associação de escritores no período entre 1843

e 1845. Nessa época, quase não existia, no Brasil, uma crítica regular de livros, “e por esta razão, o *Minerva Brasiliense* constitui um marco na história da crítica literária no Brasil” (CAIRO, 1994, p. 546). Alguns dos nomes que colaboraram na área da literatura no jornal foram: Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa, Antonio Francisco Dutra e Melo, Joaquim Manuel de Macedo etc. A marca da crítica no Brasil desse período era buscar definir o caráter a ser assumido pela literatura a fim de se tornar uma literatura nacional. Nesse sentido, era uma crítica “quase toda muito medíocre, girando em torno das mesmas idéias básicas, segundo os mesmos recursos de expressão” (CANDIDO apud CAIRO *idem*). A tomada de atitude de constituir essa literatura, com a Independência, não é marca somente dos escritores literatos, mas também de críticos, que vão funcionar como incentivadores e formadores do gosto do público, além de consciência literária desse processo. Segundo Cairo, coube a eles o papel de analisar, julgar, afirmar e defender o que fosse a nacionalidade da literatura brasileira. É nesse sentido que Santiago teve uma grande atuação: “Hélio Lopes, em estudo sobre as revistas românticas, suspeita que ele tenha sido uma espécie de líder e mentor de sua geração” (LOPES apud CAIRO, p. 548). Como crítico, ficou marcado com o ensaio “Da nacionalidade da literatura brasileira”, uma espécie de manifesto do *Minerva Brasiliense* em defesa da nacionalidade e da originalidade da literatura brasileira. O ensaio é resposta às provocações do General José Inácio e Abreu e Lima – que fala do atraso cultural no Brasil – e de José da Gama e Castro – que defendia como sendo de origem portuguesa vários inventos de outros países inclusive do Brasil. A polêmica entre os textos ficou conhecida como “a polêmica da *Minerva Brasiliense*” e foi graças a esse episódio que Santiago ficou conhecido pelos pesquisadores da história da crítica literária brasileira. Além de negar o fato da poesia brasileira ser uma cópia da portuguesa, já leva em conta, em 1843, a questão da literariedade, que será praticada pela crítica somente a partir de 1916.

Enquanto historiador, propõe uma divisão da história da literatura no Brasil em três períodos: o primeiro comporta dos tempos desde o descobrimento até meados do XVII (Cláudio Manuel faz a transição desta época para o segundo), o segundo vai até 1830 (padres Caldas e S. Carlos e José Bonifácio fazem a transição para o terceiro) e o terceiro comporta o momento em que ele se encontrava. Segundo Cairo, o mais interessante nessa divisão é que, quando ele apresenta autores de transição, rompe com os critérios historicistas de sua época,

os quais levavam em conta o critério puramente quantitativo. É nesse sentido que se defende uma modernidade e originalidade no discurso de Santiago Nunes Ribeiro. **(Reinserção de Santiago Nunes Ribeiro enquanto historiador no circuito de pensadores da história da literatura no Brasil em meados do século XIX. Trabalha com periódicos).**

Fora do padrão, temos o trabalho “A formação do pensamento nacional”, de Ana Maria Cordeiro da Silva, da UFSC, que propõe uma nova escrita da história da literatura brasileira, de encontro com toda a historiografia e crítica literária oficial, ao defender a inexistência da cópia, no continente americano, no período do processo de constituição nacional. Segundo Silva, sempre fomos nações independentes com uma cultura própria. Para tal, baseia-se no pensador Augusto Bondy, o qual defende que o processo de colonização na América Hispânica foi diferente dos demais continentes, visto o processo de colonização de Portugal e da Espanha ter provocado, aqui, um sentimento de similitude – de ver o outro como a si próprio –, o que gera uma atitude de “desterritorialização” de sentimentos e fronteiras, engendrando, futuramente, a busca de uma originalidade em nossas raízes culturais. Seu trabalho apresenta uma leitura um pouco problemática do processo de busca de originalidade no continente latino-americano, pois age como se ignorasse toda uma discussão de nacionalidade na América Latina, empreendida por diferentes áreas do conhecimento, ao longo de diferentes décadas, para defender que, como buscamos uma originalidade depois do processo de colonização, não se pode dizer que houve cópia na América latina. Um pouco radical sua postura, sendo que a fundamenta de forma muito superficial, concluindo que, “em última instância, se analisarmos a origem das sociedades primitivas descobrimos na base de sua formação que são tipos de nações independentes, com uma cultura própria” (SILVA, 1994, 93). **(Proposta de uma reescrita da história da literatura brasileira pautada na não existência de cópia na América latina, em virtude do processo de colonização de Portugal e da Espanha).**

e) 1996

Em 1996, o gráfico indica aumento da categoria para mais de 30% – mais de 10% em relação à ABRALIC anterior –, evidenciando novo aumento de interesse. O perfil principal, agora, altera-se para a preocupação com a

(re)inserção de figuras no discurso historiográfico literário oficial, seja enquanto gênero, seja de um escritor/crítico/historiador individual, sejam novas perspectivas de leitura de um autor. Novamente o índice de representação de trabalhos do perfil dominante é 66,66%. Os demais trabalhos não se agrupam em um perfil secundário, encontrando-se isolados enquanto projetos.

O trabalho “João Pinto da Silva e a História literária do Rio Grande do Sul”, de Carlos Alexandre Baumgarten, da FURG, objetiva mostrar a existência de outras escritas de história da literatura no Brasil que nunca apareceram no cânone oficial da crítica e da historiografia literária, o que evidencia o caráter frágil de verdade absoluta do cânone. Neste trabalho, trata da obra do historiador/crítico literário João Pinto da Silva, *História literária do Rio Grande do Sul*, na qual Silva procurou sistematizar a produção da literatura sulina, inspirando-se, principalmente, em Brunnetière e Taine. Baumgarten aponta que, a exemplo de Silvio Romero, o historiador gaúcho atrela o conceito de literatura à cultura, mas filiando-se à tradição Romântica no que tange a escrita da história literária nacional. Silva procurou fixar a feição cultural do estado e, por conseguinte, da nação. Em sua obra, ele trata de textos que falam das imigrações, da imprensa etc. **(Inserção do historiador sulino João Pinto da Silva no circuito da historiografia literária no Brasil).**

O trabalho “José Maria do Amaral: árcade retardatário ou possível introdutor do Romantismo no Brasil”, de Sonia Moonnerat Barbosa, da UFF, propõe uma revisão crítica das referências feitas pelos historiadores da literatura brasileira ao poeta José Maria do Amaral, assim como evidenciar o caráter construtivo do cânone, mostrando como esse é perpassado pelos valores e métodos empregados em sua escrita. Primeiramente, Barbosa pensa que Amaral mereceria uma visibilidade maior na escrita da história da literatura brasileira. Para tal, apóia-se em escritos de Silvio Romero e José Veríssimo, os quais o classificam ora como árcade tardio e introdutor do Romantismo no Brasil (não fosse a sua ausência do país), ora como já pertencente à primeira geração romântica. Barbosa não toma posição quanto a essas classificações, tentando estabelecer em qual ele se adequa melhor; seu propósito é evidenciar certa força do autor (o qual quase nunca aparece nos grandes manuais) e chamar atenção para o fato de duas histórias de literatura apresentarem leituras diferenciadas da produção do autor. Segundo ela, as diferentes classificações dadas a Amaral

advieram da diferença metodológica empregada por Veríssimo e Romero, o que revela a não objetividade absoluta de uma escrita de história de literatura, e chama atenção para a necessidade de constante releitura/reescrita dessas histórias.

(Reinserção do poeta José Maria do Amaral).

O trabalho “A recepção do romance de Lima Barreto e a história da literatura Brasileira”, de Maria do Carmo Lana Figueiredo, da PUC-MG, pretende re-situar a importância de Lima Barreto para a história da literatura no Brasil. Sua perspectiva de trabalho está muito afinada com a Estética da recepção, pois pretende, através de artigos, teses, dissertações, prefácios etc. sobre Lima Barreto, mostrar as alterações de perspectivas de leitura desse autor e modificar, ela mesma, a perspectiva de leitura de sua obra. Segundo Figueiredo, Lima Barreto pode ser considerado um modelo de literatura que buscava uma aproximação – através das vozes dadas aos excluídos em sua obra – entre o texto literário e um público leitor mais amplo, o que, segundo ela, “abre um caminho mais democrático na convivência entre literatura e sociedade” (FIGUEIREDO, 1996, p. 1088). Figueiredo defende que, ao se aproximar intertextualmente da ficção barretiana, permite-se reforçar o questionamento atual dos padrões hegemônicos que dominam a tradição social, cultural e literária brasileira. E é nesse “horizonte de expectativas comuns que se pode modificar a perspectiva de leitura da obra de Lima Barreto” (*Idem*). **(Inserir a leitura da obra de Lima Barreto sob outra perspectiva na historiografia literária oficial).**

O trabalho “A tradição reinventada”, de Lucia Helena Viana (não indica a instituição), tem como objetivo propor uma reescrita da história da literatura no Brasil de forma a expandir o cânone através da inserção do discurso feminino. Sua proposta é delinear a linhagem de escritoras brasileiras que, a partir da década de 60, consolidaram uma tradição de escrita para as mulheres na literatura no Brasil. Infelizmente, neste trabalho somente constata a não existência de tradição da literatura feminina, criticando o fato dos escritos femininos, em geral, somente retratarem situações cotidianas e relacionamentos homem/mulher, mulher/mulher. Segundo Viana, há um “sentimento de incapacidade que dominou as mulheres do passado” um “sentimento de impotência criativa” (VIANA, 1996, p. 756), o qual, segundo ela, foi mais internalizado pelas negras do que pelas brancas. Viana acaba adotando uma visão feminista que vitimiza as mulheres, justamente o que enfraquece sua proposta, pois, ao invés de destacar a produção feminina na

literatura evidenciando sua contribuição, atém-se ao lamento dessa exclusão. Apesar de assinalar ser a produção literária por mulheres bastante expressiva em termos quantitativos, fala somente de Clarice Lispector enquanto marco no que tange a literatura feminina; sem apresentar nenhuma listagem da linhagem que defende existir. **(Inserção do discurso feminino na história da literatura no Brasil).**

O trabalho “Terra roxa: um periódico modernista”, de Fabíola Picoli, da UNICAMP, esboça uma espécie de história das mentalidades ao trabalhar com o periódico *Terra roxa* – jornal literário modernista de 1926, com os temas de literatura, teatro, pintura, esportes etc. – que tinha, como teor mais representativo, as discussões ideológicas da época, mais presentes neste do que em outros periódicos modernistas como *Klaxon* e *Revista Estética*. Assim, ao traçar essa história das mentalidades, apresenta, como objetivo central, reforçar o papel da literatura na construção da tradição modernistas e apontar para aspectos do Modernismo que a maioria dos críticos fazem questão de ignorar, como, por exemplo, o financiamento do movimento pela elite. Os principais colaboradores do periódico são Sérgio Milliet, Antônio de Alcântara Machado e Mario de Andrade (assinavam a maioria das matérias), Guilherme de Almeida, Carlos Drummond de Andrade, Oswald de Andrade, Antônio Carlos Couto de Barros, Ronald de Carvalho, Ribeiro Couto, Teobaldo Fagundes Vieira, Sérgio Buarque de Hollanda, Prudente de Moraes Neto, Cândido Motta Filho, Paulo Prado, René Thiollier, Afonso d'Escregnole Taunay etc. E os assuntos mais presentes eram raça, cultura, imigrantes, bandeirantismo, Padre Anchieta, brasileirismo, Romantismo, Modernismo e paulistanidade, tema central para o qual todos os demais sempre rumam e que já vem evidenciado no próprio nome do periódico. Picoli relaciona as discussões acerca da raça e da cultura com embasamento da idéia de superioridade da elite paulista: os imigrantes como os que vão corromper essa cultura; Anchieta e os bandeirantes como os representantes de uma tradição heróica e desbravadora (portanto moderna) dos paulistas (eles buscavam atingir os descendentes dessas figuras históricas, herdeiros dessas qualidades); a modernização do país evidenciada na modernização de São Paulo etc. Essas constatações levam Picoli a defender que a elite paulista fez uso do periódico para reforçar seu poder político:

Do ponto de vista político, a união da elite cafeeira se fazia necessária, já que o poder da política do ‘café com leite’ começava a ser questionado. O que essa elite pretendia era reforçar seu poder através da construção de um modelo de Brasil alicerçado na economia agro-exportadora. Para tanto, atuou na renovação cultural proposta pelo Modernismo procurando fazer-se representar enquanto classe, através da arte. Dessa forma, a produção de um jornal literário que veicule esses ideais é fundamental (PICOLI, 1996, p. 1023). **(Pequena história das mentalidades através da análise do periódico modernista *Terra roxa. Relação Modernismo, elite paulista e Terra roxa*).**

O trabalho “O cânone e o ciclone: a ausência lilás da Semana de Arte Moderna”, de Tereza Virgínia de Almeida, da UFSC, demonstra como o cânone literário não é estático e absoluto, mas sim dinâmico, o que se constata em momentos de reavaliações, de tempos em tempos, de novos elementos e da sua função reguladora do social na obra literária. Para tal, foca sua atenção na releitura que os concretistas realizaram do Modernismo brasileiro, a qual teve como resultado o alargamento de seu conjunto de obras. Esse alargamento pode ser intensificado, segundo Almeida, com a releitura da obra *O perfeito cozinheiro das almas deste mundo*, de Oswald de Andrade, cuja segunda edição foi realizada na década de 80, integrando um volume de obras completas. Trata-se de um diário escrito a quatro mãos (Oswald e sua amante Daisy). De acordo com Almeida, a obra não poderia constar antes em função do contexto social de sua época, marcado pelo patriarcalismo. Mas anos depois, em outro contexto, um novo grupo de leitores pôde reinseri-la no conjunto de obras do autor, alargando-o e, conseqüentemente, alterando a leitura canônica do escritor em questão, no caso, com a produção de um outro gênero textual. **(Explicita o dinamismo do cânone, usando, como exemplo ilustrativo, o caso do alargamento da obra de Oswald com a releitura de sua obra *O perfeito cozinheiro das almas deste mundo*).**

h) 2000

Em 2000, observa-se forte crescimento de representatividade da categoria, alcançando índice de 50%, o que representa aumento de 15% em relação a 1996. Neste ano, apesar de manifestarem-se projetos dentro dos perfis já identificados, um novo perfil se estrutura. Agora, manifesta-se o predomínio de projetos focados na esfera do pós-processamento nos estudos literários, ou seja, o foco é a crítica e a historiografia literária. Temos 83,33% dos trabalhos nessa linha, ora repensando os fundamentos de Silvio Romero, ora tentando fazer uma historiografia da figura

do intelectual, ora avaliando as primeiras recepções da poesia marginal pelos intelectuais da época etc. Os demais 16,67% dos trabalhos mantêm-se no padrão dos anos anteriores, de (re)ssituar uma produção.

O trabalho “Argumento: cultura, crítica e literatura de resistência”, de Débora Cota, da UFSC, apresenta os primeiros resultados de sua pesquisa sobre uma pequena história das mentalidades ao tentar vislumbrar como foram as primeiras recepções e análises da produção marginal na década de 70. Para tal, utiliza, como fonte, a *Revista Argumento* – revista mensal de cultura que teve apenas quatro números publicados durante o ano de 1973 e início de 1974, sendo retirada de circulação pela ditadura militar. A pesquisa apresenta, também, uma releitura da perspectiva da revista em questão, tida como espaço somente de reflexão sobre a produção contemporânea. A revista era constituída por Barbosa Lima Sobrinho (Diretor), Antonio Candido, Anatol Rosenfeld, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Corrêa Weffort, Luciano Martins e Paulo Emílio Salles Gomes, tendo ainda a colaboração dos críticos literários Roberto Schwarz, Ángel Rama, João Luiz Lafetá e Davi Arrigucci Junio, ou seja, vários dos membros são de formação uspiana, ou professores desta instituição, o que confirma a perspectiva de crítica literária de cunho sociológico, com preocupação nas relações entre literatura e sociedade, literatura e seu contexto. Assim, a principal característica da revista é seu engajamento político. Todavia, uma leitura atenta revela haver diferenças significativas que levam à formação de dois conjuntos distintos de texto e, conseqüentemente, a duas perspectivas de recepção de textos na época: de um lado, textos que tratam de eventos recentes na época, oferecendo um panorama de suas produções, como a Expoesia I, no Rio de Janeiro, a I Jornada Nordestina de Curta Metragem, em Salvador, a Bienal de 1973, em São Paulo etc.; e de outro, em uma perspectiva mais conservadora, encontram-se ensaios acadêmicos, parte de pesquisas que mais tarde tornaram-se capítulos de livros, tratando, por exemplo, do Modernismo de 30, da formação do romance brasileiro ou ainda da literatura latino-americana, ou seja, o espaço em que há lugar a análise sociológica uspiana.

Tentando avaliar como os assuntos recentes eram tratados, Cota destaca o texto “Nosso verso de pé quebrado”, de Heloísa Buarque de Holanda e Antonio Carlos de Brito, que trata da situação da poesia naquele momento. Os autores procuram discutir o que significa o movimento poético naquela época, quem

constitui a “geração mimeógrafo”, como sua poesia se caracteriza etc. De acordo com os autores, os critérios literários deveriam pautar-se por seu valor de atitude. Assim, qualquer atividade que implicasse autonomia era validada como rica poeticamente. É importante ressaltar que autonomia aqui não se vincula à inovação formal ou temática, mas aos meios de edição e de distribuição, que escapam da ordem imposta pelo sistema político da época. Nesse sentido, o “novo” associa-se ao modo marginal de edição e circulação. **(Avaliar as primeiras recepções da chamada poesia marginal e repensar a postura da Revista Argumento).**

O trabalho “A crise do intelectual legislador e a ascensão do intérprete – José e 34 letras”, de Simone Regina Dias (não especifica a instituição), compara historicamente a figura do intelectual no final da década de 70 e no final da década de 80, tentando mostrar como se deu a passagem de um tipo de intelectual que ele chama de legislador a um outro tipo que ele chama intérprete. Para tal, trabalha com os periódicos *José* (final da década de 70) e *34 Letras* (final da década de 80). Para sua análise, pautou-se na observação das escolhas temáticas, dos editoriais, das referências teóricas, das escolhas de colaboradores etc.

Defende, como intelectual legislador, aquele que pressupõe a possibilidade de fazer pronunciamentos de valor, imbuído de autoridade para arbitrar sobre as normas da arte, tentando estabelecer hierarquias e definir juízos de valor artístico. Já como intelectual intérprete, concebe-o como figura que prevê a coexistência de variados pontos de vista, ainda que esses difiram entre si; concebendo como tarefa a tradução das tradições culturais, sem julgamentos. Assim, constata, em *José* – tida como um dos movimentos difusos do Modernismo de 22 –, uma revista que fornece testemunho da crise da figura do legislador, visto o intelectual ali manifestar-se em angústia que, apesar de ainda apoiar-se no julgamento, apresenta considerações que refletem a crise diante do declínio da autoridade. Todos os debates neste periódico fornecem indício de mal-estar em relação à tarefa de arbitrar, de tentar ainda estabelecer critérios de valor. De acordo com Dias, *José* se depara com o dilema “como manter a ‘alta literatura’ sem ser uma alternativa de massa?” (DIAS, 2000, s/p).

Já em *34 Letras*, constata-se a aceitação, e mesmo valorização, da pluralidade, com espaço para abrigar as várias linhagens da crítica contemporânea (com valorização, na poesia, para o concretismo). Segundo Dias, esse periódico

pode ser pensado como uma revista pós-moderna, visto permitir a coexistência de estéticas mutuamente excludentes, além de trânsito de outras áreas pensando questões relacionadas com a literatura e vice-versa, tais como, Filosofia, Sociologia, Antropologia, Psicanálise etc. Dias defende que essa perspectiva evidenciada na *34 Letras* pode ser observada ainda hoje na grande maioria dos intelectuais brasileiros. **(Historiografia, no intervalo entre os anos 70 e 80, da figura do intelectual, o que implica a passagem da figura do legislador para o intérprete. Trabalha com periódicos).**

O trabalho “Glória póstuma: almanaque objeto de estudo”, de Renata Telles, da UFSC, pretende apontar o momento de transição de um pensamento acadêmico defensor da arte erudita “pura” para um pensamento que inclui e valida a cultura de massa como objeto de estudo acadêmico, ou seja, defendendo que é possível antever aspectos atuais dos estudos literários com a leitura de textos periféricos na década de 70. Para tal, trabalha com o periódico *Almanaque – cadernos de literatura e ensaio*, que circulou entre os anos de 1976 e 1982. Segundo Telles, é clara a existência de dois momentos na revista: um, na primeira metade do *Almanaque*, com proposta mais acadêmica tradicional, preocupada em distinguir cultura erudita e cultura de massa, desvalorizando a segunda, adeptos do estruturalismo e da crítica sociológica, críticos ferozes da indústria cultural e preocupados em estabelecer e defender o lugar da literatura.

O segundo momento começa a se detectar a partir do número oito, em que

a nova capa abandona o barato e sóbrio papel pardo para funcionar como ilustração e anúncio do conteúdo específico de cada número, que passa a ser temático, em uma profusão de cores. O cérebro esmagado pelo parafuso que dominava a capa assinada por Cláudio Tozzi, a denúncia da agressão do orgânico pela maquinização, da invasão do pensamento pela produção mecanizada, sofre uma diminuição e um deslocamento, permanecendo como um pequeno selo no canto inferior direito.”. (TELLES, 2000, s/p).

Extingue-se o debate interno da revista sobre a relação dos almanaques e dos cadernos de literatura e ensaio, assim como o debate sobre a arte e a indústria cultural e finda-se a colaboração até então constante de Roberto Schwarz (voz de resistência nesses debates). Na segunda fase (início da década de 80), a voz é de Silviano Santiago, que “localiza a passagem de uma crítica literária para uma

crítica cultural” (*Idem*), com a emergência da antropologia, da cultura na área da literatura e pela total ruptura da fronteira entre o erudito e o popular, ou seja, pode-se dizer que está marcado o início dos Estudos Culturais.

Assim, Telles defende que o estudo da posição dos críticos literários no final da década de 70 em São Paulo permite “antever temas centrais do debate atual”, tais como, a não hierarquização, a inclusão dos excluídos, o pluralismo, o singular no global etc., todas as questões básicas que permeiam o debate dos Estudos Culturais. **(Demarcar o momento de transição do foco na cultura erudita para a de massa, defendendo que via estudos de escritas periféricas, como, por exemplo, periódicos e almanaques, é possível antever o que seriam, futuramente, os Estudos Culturais).**

O trabalho “História da literatura e formação da nacionalidade no Brasil do século XIX”, de Regina Zilberman, da PUC-RS, mostra como, ao longo de toda a escrita da história da literatura brasileira, o caráter do nacional se manteve no âmbito do excluído e como qualquer escrita de história de literatura brasileira deva ser concebida sob o signo da falta. Pensa tal questão, sobretudo, a partir do funcionamento do mercado editorial do Brasil do século XIX, tentando verificar sob que aspectos as políticas desse mercado, ao interferir na atividade dos escritores, teve consequências para a própria história da literatura brasileira. Para tal, ela trabalha com o periódico *Revista brasileira*, a qual circulou no Brasil imperial e que parece acompanhar a história da literatura brasileira de forma a apresentar, “pelo menos no século XIX, uma faceta diferente para cada período histórico” (ZILBERMAN, 2000, s/p).

Zilberman defende, apoiada no artigo de F. Conceição, “Os livros e a tarifa das alfândegas”, publicado na *Revista brasileira*, que o fato dos livros estrangeiros serem muito mais baratos do que os nacionais gerava problemas para o país e para a literatura propriamente dita. No que diz respeito a literatura, temos a inviabilidade de profissionalização dos escritores e o não progresso das letras e das artes gráficas, gerando, como consequência maior, a falta de caráter nacional de nossa literatura, visto termos somente modelos estrangeiros. Assim, é em função da política aduaneira adotada durante o período imperial que se constata carência de sentimento do nacional, afinal, “por toda a parte onde se ensina, nos colégios, nas academias, nas aulas públicas ou particulares, os compêndios são estrangeiros!” (*Idem*), o que se intensificava com o atraso da arte tipográfica no

país. Por exemplo, com exceção de José de Alencar e de Machado de Assis (nos últimos quinze anos de sua vida), raras são as segundas edições em obras brasileiras no século XIX.

Essa questão do caráter nacional na época acolhe dois tipos de argumentos. Gonçalves de Magalhães, no ensaio “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”, de 1836, defende que a literatura praticada no Brasil não possui um caráter nacional em razão de não ter nascido aqui. Seu ensaio tem um intuito nacionalista duplo: “constituir a história nacional da literatura e verificar a nacionalidade desta tradição literária” (*Idem*). Todavia, Zilberman afirma que ele “sai de mãos vazias ao dar por encerrada sua tarefa: nem encontra material suficiente para recheiar uma narrativa de cunho historiográfico” (*Idem*). Já F. Conceição acusa o regime econômico, o qual não permite a profissionalização dos escritores fazendo com que as leituras continuem dependentes da importação de material estrangeiro e impedindo o fortalecimento do mercado, gerando, como consequência, a não brasilidade da literatura. É nesta mesma esteira que se manifesta Monteiro Lobato, cinquenta anos depois.

Segundo Zilberman, ainda hoje, tais pontos vigoram, o que explica porque, na história da literatura brasileira, a constituição do cânone se notabiliza muito mais pela ausência do que pela realização, ou seja, sua constituição “se projeta como um fantasma” (*Idem*). Assim, ela defende o questionamento sobre o significado de um cânone que se configura por uma falta ou carência. Se tal configuração se sistematiza para além do par exclusão/inclusão, para a localização desse par em sua mobilidade, em sua “elasticidade”, Zilberman aponta para a necessidade de se reparar erros do passado, pensando-se as escritas de história de literatura dos que faltaram: negros, índios, imigrantes, mulheres, pobres etc. No caso do Brasil, a singularidade é a eterna escrita da história da falta, e não a busca do caráter nacional. Para ela, ainda que se reconheça o que foi e é o excluído, “a falta não é preenchida, e sim outra vez jogada para a orla”, o que faz com que nossa escrita de história de literatura seja marcada pela falta constante. **(Propõe que toda (re)escrita da história da literatura no Brasil deva ser marcada pelo signo da falta. Trabalha com estudo de mercado editorial no Brasil imperial. Trabalha com periódicos).**

O trabalho “Cartografias do moderno: um estudo da poesia de Carlos Drummond de Andrade”, de Roberto Said, da UFMG, propõe uma releitura da

obra de Drummond, pretendendo situá-lo como o poeta da modernidade e melhor representante do Modernismo brasileiro do que Oswald e Mário, o que implica uma redimensão no cânone oficial. Isso ocorre, segundo Said, em função de uma nova postura de leitura. Segundo ele, toda a crítica tradicional lê as obras em uma perspectiva diacrônica. Ele propõe a leitura em uma perspectiva cartográfica. Nesse modelo, toda uma escrita de história de literatura seria outra que não a oficial, o que implica no não absolutismo do cânone oficial.

De acordo com Said, a concepção de moderno como novo, hoje, revela-se insustentável, uma vez que, no quadro teórico contemporâneo, o futuro não é mais concebido como o tempo da salvação e “a história, incluindo aí a história da modernidade, não mais se constitui como um movimento linear, cumulativo e causal, regido por uma lei de aperfeiçoamento” (SAID, 2000, s/p). A história apresenta-se, assim, marcada pela descontinuidade, com distintas temporalidades que ora se justapõem, ora se sucedem, ora se entrecruzam, o que impede uma narrativa marcada pela coesão linear:

Nessa perspectiva, a modernidade não se apresenta como uma narrativa histórica absoluta ou universal, mas ao contrário, como um texto fendido, intermitente e paradoxal, marcado por contradições e ambigüidades, – especialmente devido às suas relações equívocas com a modernização – sujeito às contingências e particularidades locais das culturas com os quais interage. (*Idem*).

Para Said, a obra poética de Drummond, iniciada em meio às experiências estéticas e teóricas dos primeiros modernistas, constitui material interessantíssimo para se analisar os significados do projeto Modernista. Mas não nas duas linhas em que normalmente é analisada: seja a linha representada por Antonio Candido, Otto Maria Carpeaux e John Gledson, de tentar demarcar sua obra de acordo com suas fases, em recortes temporais em função de temas e/ou poéticas, o que lhe confere rótulos como irônico, revolucionário, memorialístico etc.; seja a linha representada por Afonso Romano de Sant’anna, Luiz Costa Lima, Silviano Santiago, de tentar estabelecer um “modelo geral da obra, buscando definir um eixo central em torno do qual se daria a criação literária” (*Idem*), em função de uma “mitologia temporal da linguagem” (*Idem*).

Segundo Said, ainda que as duas linhas partam de pontos contrários, ambas apóiam-se no tempo como fundamento de análise, como “coordenada a partir da qual as imagens são interpretadas” (*Idem*), ou seja, ambas as perspectivas

priorizam a dimensão histórica, interpretando a obra ou agrupada em periódicos ou em blocos fragmentados, mas ambas reduzindo-a a uma origem, “a um princípio que lhe confira um certo centramento” (*Idem*)

Sua proposta discorda da visão cronológica das duas vertentes. Para ele, a leitura da obra drummondiana deve ser orientada pela categoria do espaço, não do tempo. Assim, sua produção apresenta uma variedade de experiências que se delineiam poeticamente enquanto espaços: da cidade, da memória, da luta política, da família etc., formando muito mais uma sobreposição de imagens do que um alinhamento seqüenciado.

Desse modo, nos termos de Said, sua relevância está muito mais nas rotas elaboradas pelos versos no que em sua excelência estética, o que implica repensar a localização do poeta na ordem de importância estabelecida pelo cânone oficial no que diz respeito ao Modernismo brasileiro, a qual é regida pelo princípio da cronologia temporal. **(Ressituar a participação de Drummond no Modernismo, propondo nova leitura de sua obra).**

O trabalho “O mestiço brasileiro como símbolo nacional segundo a teoria do romantismo alemão”, de Marcelo Chiaretto, da UFMG, tem por objetivo ressituar a noção de nacionalidade de Sílvia Romero em sua concepção historiográfica, apontando para dois aspectos pouco apresentados em suas análises: a influência do Romantismo alemão e sua defesa do mestiço como símbolo do nacional, e não o indígena. Segundo Chiaretto, a interpretação de Sílvia Romero da noção germânica de *Volksgeist*, i. e., uma idéia de inteligência nacional popular, em honra, respeito e orgulho a todo traço autóctone, diferia do que os demais pensadores concebiam na época. Para ele, o ser originário, o habitante primitivo, não era o indígena, mas o mestiço, pois defende que a marca de brasilidade está justamente na mistura de raças. Segundo Chiaretto, essa perspectiva ia de encontro ao desejo elitista da época, que se encontrava confortável com a concepção do indígena romântico como símbolo do brasileiro e do Brasil, revelando uma imagem condizente com o gosto francês, uma elite apta “a ocultar qualquer caráter menos enobrecedor da ex-colônia que pudesse afetar o fascínio do estrangeiro” (CHIARETTO, 2000, s/p). De acordo com Chiaretto, Romero defendia a necessidade de se apurar todas as ramificações da atividade popular. Para ele, as contribuições germânicas permitiam novas perspectivas de análise, menos subordinadas à perspectiva do exótico para deleite do estrangeiro,

como a francesa. Segundo Romero, para se fugir dessa dependência, era necessário reconhecer o engano em se celebrar o índio como símbolo do nacional e se valorizar o *Volksgeist* brasileiro: o mestiço. Daí seu repúdio ao nacionalismo pitoresco. **(Repensar os fundamentos da concepção historiográfica de Silvio Romero).**

i) 2002

Seguindo a leitura gráfica, constata-se, em 2002, aumento de interesse vigoroso da categoria, representado por índice de mais de 70% de representatividade, o maior pico gráfico da categoria em sua manifestação diacrônica. O perfil desta ABRALIC é bastante interessante: apresenta-se como perfil principal a prática de pequenos exercícios historiográficos em literatura, digamos, constituindo 50% dos trabalhos. Os demais dividem-se em projetos de resgate – na mesma linha dos perfis detectados nas ABRALICs de 1994 e de 1996 –, totalizando 25%; e projetos de releitura de figuras e/ou períodos canonicamente instituídas – como Oswald e Mário de Andrade e o chamado pré-modernismo –, totalizando os demais 25%.

O trabalho “Contra fato, não há argumento: leitura de uma revista cultural de resistência”, de Débora Cota, da UFSC, dá continuidade a sua pesquisa apresentada na ABRALIC de 2000, no qual já trabalhava com o periódico *Argumento*. Aqui, propõe uma pequena história das mentalidades, ao mostrar os bastidores da formação de um grupo de intelectuais que, apesar de politicamente ativos e com alta conscientização em relação à situação do país (preocupados com aspectos sociais e de cidadania), fala para um grupo restrito de leitores, como professores, alunos universitários e os próprios intelectuais. Atitude essa que veio a caracterizar o intelectual moderno. Seu foco, assim, é mapear o momento em que esse tipo de atitude se iniciou. Segundo Cota, em análise de textos no periódico, constata-se que o contexto da ditadura militar foi bastante responsável por essa formação, pois, diante da censura e da repressão, os intelectuais eram forçados a falar em meios restritos, “freqüentados” por eles mesmos ou grupos afins, o que ajudou a formar tal perfil. **(História das mentalidades. Trabalha com o pensamento intelectual na década de 70 e 80).**

O trabalho “Resistência e receptividade da poesia concreta”, de José João Cury, da Universidade Presbiteriana Mackenzie – SP, que realiza uma espécie de exercício de historiografia literária pautada na receptividade do leitor. Cury

trabalha com as diferentes receptividades da poesia concreta, desde seu aparecimento e estranhamento até sua incorporação pelo público comum no dia a dia.

Assim, afirma que a não receptividade dessa poesia quando de suas primeiras manifestações se deve ao fato do público leitor da época não estar em um horizonte de expectativas preparado para tal produção, com suas inovações formais. Já na década de 80, com um novo horizonte, a receptividade se altera, em função de um maior repertório cultural do leitor dessa época – repertório esse ajudado a ser formado pela própria vanguarda concretista – e com as manifestações da produção em artes visuais.

Segundo Cury, essa produção e seus desmembramentos encontram-se em duas esferas da vida contemporânea. Uma no espaço acadêmico, em dissertações e teses sobre a poesia concreta, nos programas de graduação e pós-graduação, mesmo em alguns colégios no Ensino Médio, em oficinas literárias e em palestras e estruturas afins. Outra no espaço publicitário, quando, principalmente através das novas tecnologias, encontramos publicidades que apresentam recursos utilizados primeiramente nos experimentos concretistas. Ou seja, em ambas as esferas a produção, que em um primeiro momento foi criticada e condenada, encontra-se integrada nas vidas de sujeitos contemporâneos, sem o menor sinal de causar estranhamento. **(Espécie de micro-histórica da receptividade da poesia concreta).**

O trabalho “Leréias ao pé do fogo: abordagens do universo caipira no pré-modernismo”, de Sylvia Helena Telarolli de A. Leite, da FCL Araraquara UNESP, que tem por objetivo realizar uma pequena história da representação do caipira, em São Paulo, através do resgate da sua imagem, propondo uma nova leitura sobre essa, agora, como elemento constituinte da identidade nacional, ainda que trabalhado por poucos escritores.

Afirma que sua primeira imagem começa a ser delineada desde o século XVIII com os bandeirantes, como sendo uma população nômade e mestiça (a princípio mistura de branco com índio). No século XIX, agrega-se a essa imagem a figura do negro e do imigrante, juntamente como os elementos da rusticidade, da pobreza e da violência (esta ainda em escala pequena).

Segundo Leite, principalmente no período entre 1890 e 1930, percebe-se, na literatura, na música e na pintura, um movimento duplo em relação à

construção dos traços culturais concernentes à figura do caipira: um tendendo a um sentimento de aproximação, de compreensão e outro, a um olhar mais distanciado, marcado ou pelo tom satírico ou pela idealização. Mas ambos manifestando sentimento de superioridade quanto ao caipira e de necessidade de registro dessa figura, uma vez que acreditavam em sua extinção ou transformação. Daí os registros apresentarem tom de saudosismo, idealização e pitoresco. De acordo com Leite, os autores mais representativos do registro dessa figura são Monteiro Lobato e Valdomiro Silveira. O primeiro com a criação do Jeca Tatu, em 1914, o qual, ao cumprir função satírica, é marcado pela caricatura, principalmente da preguiça, da inércia e do contador de casos. Já o segundo apresenta o universo caipira em uma perspectiva documental, com registro de expressões dialetais (através das quais ele realiza sua experimentação literária), com apresentação de seus hábitos e costumes.

Leite defende que a literatura produzida em São Paulo sobre o caipira é semelhante à produzida por demais autores em outras regiões do país, ao traçarem a diferença entre o homem da cidade e o homem do campo. Segundo ela, esse tipo de estudo permite ver como o tratamento dessa dicotomia diferiu de região para região ao longo dos períodos literários aqui produzidos, e pode lançar luzes sobre as diversidades e peculiaridades de cada movimento em cada região, evidenciando uma não homogeneidade dos períodos literários no Brasil, como quer o discurso da história literária oficial. **(Pequena história da imagem do caipira, em São Paulo, defendendo que essa imagem aparece também em outras regiões do país, com peculiaridades e semelhanças).**

O trabalho “Literatura afro brasileira: invisibilidade e superação do estigma”, de Eduardo de Assis Duarte, da UFMG, que propõe a escrita de uma história da literatura no Brasil que articule a etnicidade com o gênero, no caso, com recorte da produção negra e da produção feminina, a fim, não somente de contrastá-la com a história literária oficial, apresentando-se enquanto suplemento da segunda, como também de dar legitimidade tanto à produção negra quanto à feminina no país. Segundo Duarte, o discurso historiográfico tem grande força para fortalecer tal legitimidade. Neste momento de sua pesquisa, apresenta um quadro, tanto na esfera criativa quanto historiográfica, dos que tratam da literatura étnica e de gênero no Brasil; e os principais critérios que justificam sua proposta, como, por exemplo, a crítica ao preceito que não se deve diferenciar produção

étnica ou de gênero, porque tal atitude não permite pensar a produção literária de um país em sua unidade. Segundo Duarte, é justamente esse tipo de atitude que ocasionou a falta de representatividade de negros e mulheres na formação do nosso cânone literário. **(Propõe uma escrita de história de literatura no Brasil com recorte da produção negra e feminina, a fim de localizá-la como suplemento à oficial).**

O trabalho “Elas desafiaram o cânone”, de Helena Parente Cunha, da UFRJ, que objetiva desconstruir a imagem de que a mulher começou a produzir no Brasil somente recentemente. Sua pesquisa se centra em escritoras do século XIX e já originou a publicação de dois livros: *Desafiando o cânone*, que reúne estudos acerca da produção literária feminina nas décadas de 80 e 90; e *Desafiando o cânone 2*, que reúne estudos acerca da produção literária feminina no século XIX. Assim, seu recorte contempla um total de onze escritoras, tais como 1) Nísia Floresta, poetisa, ficcionista, ensaísta, cronista e educadora, que se tornou precursora na defesa dos “direitos da mulher brasileira” e da educação como indispensável para a independência feminina, sendo que já condenava, em sua produção literária, a exploração do índio brasileiro pelo colonizador e a escravidão; 2) Maria Firmina dos Reis, afro-descendente que fundou uma escola mista, e cujo único romance, *Úrsula* (1859), é tido como a primeira narrativa brasileira a dar voz aos escravos (sem o colocar nem como animalizado nem como submisso e subserviente); 3) Júlia Maria da Costa, poetisa; 4) Amália dos Passos Figueiroa, poetisa que condenava o casamento por conveniência e que tinha participação de movimentos sócio-políticos como as campanhas republicanas e abolicionistas; 5) Narcisa Amália, a autora oitocentista mais valorizada pela crítica, recebendo prêmios e homenagens por seu livro *Nebulosas* e publicando, em jornais, poemas e artigos em que manifesta suas idéias políticas liberais em prol da emancipação da mulher, sobretudo através da educação; etc. Nesse sentido, sua pesquisa tem como foco principal não somente resgatar essa produção como também questionar a construção do cânone oficial. **(Reinserção de mulheres escritoras do século XIX no cânone).**

O trabalho “Poesia Brasileira e modernidade no final do século XIX”, de Fernando Cerisara Gil, da UFPR, que questiona a leitura apresentada nos manuais de literatura brasileira sobre a produção do final do século XIX. Segundo Gil, há duas vertentes críticas de leitura da produção literária desse período: uma

denomina por ele “crítica modernista”, que compreende a literatura brasileira no seu conjunto tendo o Modernismo como marco principal e que, para tal, precisa conceber a produção anterior como “pré-modernista”, marcadas por formas de expressões literárias cristalizadas e esvaziadas de valor literário; e outra, mais ligada à visão histórica de Nicolau Sevcenko, a qual Gil denomina “crítica da modernização”, que, em sua concepção histórica, permite a leitura dessa produção de virada de século como manifestação reativa “‘ao novo horizonte técnico’ e os deslocamentos que esse horizonte supostamente efetua no campo literário” (GIL, 2002, p. 06). Todavia, Gil discorda do aspecto de ambas as críticas – “modernista” e “da modernização” – conceberem a modernização sócio-econômica, as grandes transformações causadas pelo advento do mercado mundial capitalista, como determinante dos processos artístico-culturais no final do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX.

Segundo ele, sob outro ângulo, pode-se afirmar que um dos traços constitutivos da formação poética brasileira (desde o Barroco até mesmo na primeira parte do Modernismo) é “a criação de um mundo-outro, de uma natureza des-historicizada”. É sob essa perspectiva que ele propõe a leitura desse período de virada de século. Para ele, é na poesia parnasiana e simbolista de virada de século que essa vontade de retirada do mundo histórico e material é formulada de forma consciente e sistemática. Assim, sua proposta é de que esse período não seja lido nem como preparação para o Modernismo de 22, nem como algo contra o qual esse mesmo Modernismo teve que se opor e com o qual precisou romper para “libertar” a literatura brasileira. Mas sim como um momento de ápice na elaboração consciente de uma escrita de retirada do mundo historicizado e material, o que lhe imputa, finalmente, o seu valor. **(Proposta alterada de leitura do “pré-modernismo”).**

O trabalho “Literatura e imigração: as nacionalidades dos dramas de Gonçalves Dias”, de Jussara Bittencourt de Sá, da UFSC, cuja proposta é uma releitura de Gonçalves Dias, questionando ser esse defensor de propósitos nacionalistas, como quer a historiografia literária oficial. O Romantismo sempre foi apontado pela historiografia literária como um dos primeiros movimentos literários na busca da identidade nacional. Mesmo no teatro, como atesta Flávio Aguiar, privilegiavam-se questões nacionais. Todavia, Sá destaca que, na dramaturgia de Gonçalves Dias, esses elementos nacionalistas e indianistas são

ausentes, o que, segundo ela, “daria, assim, lugar a um propósito universalista, que destaca a essência humana individual, não se subordinando, aparentemente, a critérios nacionalistas” (SÁ, 2002, p. 07). Pode-se dizer que, em seus dramas, ele realiza um afastamento espacial e temporal a fim de abordar questões de caráter mais universal no que tange o homem, tais como as paixões avassaladoras, questões de aspectos morais gerais etc. Como exemplo, cita *Patkull*, de 1843, cuja trama se passa no ano de 1707, na Alemanha e na Polônia; e *Boabdil*, de 1850, com trama na Espanha. Ou seja, um percurso diverso do instituído pelos românticos, sobretudo no que diz respeito ao ideário nacionalista.

Com isso, Sá atenta para a necessidade de se revisitarem não somente os autores deixados à margem da escrita historiográfica oficial, mas também as obras de autores consagrados e enquadrados nessa escrita, pois, com o intuito de atender a uma necessidade específica – no caso, a formação da literatura nacional brasileira – aspectos outros de autores desse período ficaram “perdidos”, excluídos do cânone, o que, segundo ela, acaba por limitar toda uma produção. **(Resgate de aspectos da obra de Gonçalves Dias deixados à margem da historiografia oficial).**

O trabalho “O modernismo e a tradição literária e cultural do Brasil”, de Benedito Antunes, da FCL-UNESP-Assis, que objetiva promover releituras e atentar para detalhes que desmistificam um pouco as figuras de Oswald e Mário de Andrade, para reinseri-los no contexto histórico ao qual pertenciam, ou seja, tratar seu aspecto de sujeitos socializados; não mais grandes gênios isolados e idealizadores de um dos maiores movimentos literário-culturais no país, mas como sujeitos realizadores de um pensamento/sentimento que era comum aos cidadãos da época. Segundo Antunes, essa atitude permite, também, relocar o chamado Pré-modernismo, “tendências anteriores ao Modernismo que se desenvolveram parcialmente à sombra do próprio movimento ou evoluíram para direções ainda não incorporadas ao chamado cânone”. (ANTUNES, 2002, p. 05). Neste trabalho, ele lida somente com o aspecto de desconstrução dos mitos Oswald e Mário.

Antunes defende que o contexto histórico e cultural brasileiro, pelo menos da região onde o Modernismo eclodiu, apresentava condições extremamente favoráveis a atitude proposta pelo movimento. Por exemplo, a forte presença de imigrantes, que transformou a cidade de São Paulo em quase uma cidade de

estrangeiros, com suas “línguas híbridas” (português e a língua de origem), ajudava no sentimento de questionamento proposto pelo academismo e pelo beletrismo presente nas artes. Assim, não somente o Modernismo se beneficiou da condição histórico-social como essa mesma condição apontava para novas perspectivas literárias, o que faz com que nem Mário, nem Oswald tenham idealizado uma grande transformação literário-artística, mas sim, respondido a uma necessidade do momento. **(Releitura da imagem de gênio de Oswald e Mário de Andrade como idealizadores do Modernismo).**

j) 2004

Em 2004, os gráficos apontam para enorme queda em relação aos três anos anteriores, com índice de pouco mais de 20%, de representatividade. O que mais chama atenção nesta ABRALIC é o *boom* de projetos com periódicos, computando 71,4% dos trabalhos. No que diz respeito ao seu perfil principal, mantém o mesmo de 2002, mas agora com representatividade de 57,1%. Os demais projetos não chegam a formar perfis secundários: um na linha de resgate de autor e os outros dois mantendo-se como trabalhos isolados.

O trabalho “Historiografia literária da Bahia, travessia de textos e vozes regionais”, de Adeíto Manoel Pinho, da UEFS/PUC-RS, tem por objetivo realizar uma história da cultura popular baiana usando como fonte primária as obras de dois autores, Fernando Ramos e Raimundo Reis. O interessante de seu projeto é que defende o uso do texto literário como fonte primária, ou seja, legitima-o enquanto documento de registro de uma época tanto quanto uma carta, um parecer, um memorando, enfim, os documentos tidos como oficiais pela historiografia tradicional. Para Pinho, a literatura é um *locus* onde se encontram elementos de realidade e não deve, portanto, ter tratamento diferente do oferecido aos documentos históricos “oficiais”. Examina, o livro *Uauá, glória, tramas e pistoleiros*, de Fernando Ramos, que retrata o cotidiano das cidades Uauá e Glória, e as crônicas do livro *Curral dos bois*, de Raimundo Reis, que também retrata o cotidiano dos moradores da cidade de Glória. Para legitimar sua proposta, baseia-se na concepção da micro-história, sobretudo de Carlo Ginzburg, para quem a cultura popular estaria mais visível na ficção do que nos documentos históricos propriamente ditos. **(Proposta de uma pequena história da cultura popular baiana usando como fonte primária o texto literário).**

O trabalho “Folhetins: uma prática de leitura no século XIX”, de Germana Araújo Sales, da UFPA, propõe uma pequena história do gênero romanesco no Pará, trabalhando com periódicos locais, durante a segunda metade do século XIX. Seu foco é investigar caminhos do romance no Brasil diferentes do que atesta a História da literatura oficial, preocupada em construir uma identidade nacional homogênea para a nação. Sales trabalha com vários periódicos, como, por exemplo, *Gazeta oficial*, *Jornal do Pará*, *Diário de Belém*, *Folha do Norte*, *Adejo Literário* etc. Seu foco principal é a publicação do gênero folhetim. Diz que, entre as décadas de 1860 e 1890, a ocorrência folhetinesca era freqüente e, embora a prática do folhetim tenha sido exercida, de acordo com os manuais oficiais de história da literatura, na metade do século XIX, ela era muito comum, já no final desse século, no Pará, sendo que a ocorrência de folhetins assinados por mulheres é bastante considerável.

Outro dado revelado pelos periódicos é que, contrariamente ao que afirma a historiografia oficial, o gênero mais publicado nesses jornais não era o folhetim, mas as crônicas, seguidas pelos contos. As novelas e folhetins ocupavam um espaço relativamente reduzido na segunda metade do século XIX, o que confirma ou a incapacidade do discurso oficial de cobrir o que ocorria no país como um todo, ou seu ato intencional de exclusão de tudo o que não lhe servia para a construção de uma identidade nacional homogênea. **(Pequena história do gênero romanesco no Pará. Trabalha com periódicos).**

O trabalho “O romance de artista de autoria feminina e o cânone”, de Eliane T. A. Campello, da FURG, vinculado ao projeto de pesquisa “O Künstlerroman de autoria feminina no Brasil”, tem por objetivo confirmar a existência dos chamados “romances de artistas”, ou seja, produzido por mulheres e cujo foco seja o feminino. De acordo com Campello, uma vez provada a existência de tal gênero, é necessário um resgate de toda a literatura produzida nessa linha, o que implica a reformulação de toda a formação do cânone e a (re)escrita da história da literatura no Brasil com inclusão desse gênero. Segundo ela, as histórias de literatura até o momento “são totalmente omissas quanto ao registro de romances de artista” (CAMPELLO, 2004, s/p). Todavia, sua pesquisa aponta para a existência do gênero desde o século XIX, com a publicação de *Lésbia*, em 1890, da gaúcha Maria Benedita Bormann (pseudônimo Délia). Neste trabalho, Campello compara *Lésbia* com *Diário de Lua*, a fim de mostrar como,

com um distanciamento de um século entre os dois, esses romances apontam para semelhanças que permitem classificá-los como pertencentes a um gênero específico, não catalogado pela historiografia oficial. Em sua análise, elenca elementos como a voz feminina, o tema dos encantos e obstáculos na busca de expressões da trajetória feminina da artista-mulher, o modo de tratar o suicídio, o fato da protagonista não alcançar o sucesso ou integrar-se à sociedade no final da obra (como ocorre, segundo ela, nos romances de artista de autoria masculina). São esses elementos que confirmam, para Campello, a existência do gênero. **(Proposta de escrita de história da literatura no Brasil com resgate do gênero de romance feminino).**

O trabalho “Travessias e leituras: a recepção dos movimentos de vanguarda na imprensa porto-alegrense no período 1900-1937”, de Dilamar P. Jahn, da UFRGS, pretende produzir uma pequena história das mentalidades em Porto Alegre da passagem do século XIX para o XX, com o objetivo de mostrar que o espírito reinante em São Paulo, às vésperas da Semana de 22, não era o mesmo em todo o país, como quer fazer crer a historiografia oficial. Para tal, trabalha com quatro periódicos: os jornais *Correio do povo* e *O diário* e as revistas *Kodak* e *Máscara*.

Em sua análise, constata que no sul, por exemplo, não havia o apreço pelo Futurismo apresentado pelos paulistas e pelos cariocas, apesar de haver alguns curiosos do movimento. Publicavam-se, nos periódicos, tanto artigos comentando sobre o movimento, como o de João Luso, como outros depreciando-o enquanto “desordem intelectual que abalou Paris há alguns anos”, sendo a grande maioria pertencente ao segundo grupo.

Esse tom depreciativo não aparece, no entanto, quando se fala do Cubismo, como confirma um texto anônimo na *Kodak* quando diz que “isto é arrancar a arte da escravidão de seguir as formas naturais” (JAHN, 2004, s/p). **(Pequena história das mentalidades em Porto Alegre da passagem do século XIX para o XX. Trabalha com periódicos).**

O trabalho “Benjamin Costallat e a ruptura modernista revisitada”, de Andréa Portolomeos, da UFF, objetiva resgatar a figura de Benjamin Costallat (mas não somente), questionando a classificação canônica dos escritores do período entre 1910 e 1920 que elegeram outros suportes para sua escrita, como jornal e propaganda. Segundo ela, os “autores que elegeram a folha diária como

suporte ou foram banidos da história da literatura brasileira [como, por exemplo, Benjamin Constallat, Théó Filho, Álvaro Moreyra dentre outros] ou ficaram restritos à classificação de pré-modernos e foram situados a reboque da nossa modernidade estética [como, por exemplo, Lima Barreto e João do Rio]” (PORTOLOMEOS, 2004, s/p). Ao resgatar Benjamin Constallat, cronista na *Gazeta de notícias* e no *Jornal do Brasil* nos anos de 1910 e 1920, também lança luzes para uma releitura do período denominado pré-Modernismo. Segundo Portolomeos, suas crônicas, que teriam seguido a trilha aberta por João do Rio, abrem espaço para narrativas inovadoras, em sintonia com a modernização do Rio, objetivando imprimir hábitos de leitura na sociedade. Todavia, mesmo com o sucesso feito em sua época (chegou a dobrar o preço do *Jornal do Brasil*), sua obra nunca despertou maior interesse pela crítica, visto não estar em sintonia com os interesses de homogeneidade literária nacional, como o estavam os autores Modernistas. **(Resgate e reinserção de Benjamin Costallat, assim como de outros escritores do período. Releitura do chamado pré-Modernismo. Trabalha com periódicos).**

O trabalho “O resgate do jornal rio-grandino *Arauto das letras* (1882-1883) como amostra da expressão literária sul-rio grandense”, de Jaqueline Rosa da Cunha, da PUC-RS, pretende demonstrar que a perspectiva literária no Rio Grande do Sul, no período em questão, não está tão antenada como o que propõe o discurso historiográfico literário oficial; que o Parnasianismo, ali, manifestou-se de outra forma. Em sua pesquisa, trabalha como o jornal *Arauto das letras*, que circulou durante dois anos (1882 e 1883) no Rio Grande e em Pelotas. Nele, o gênero mais publicado foi o lírico, com grande preferência pelo soneto. Segundo Cunha, tal preferência se explica em função da grande aceitação do Parnasianismo no Rio Grande do Sul, já na década de 1880, visto vários escritores já lerem os franceses. Todavia, no que diz respeito às definições oficiais desse movimento pela crítica e pela historiografia oficial, o Parnasianismo no Rio Grande do Sul só apresentava a forma, pois seus temas são predominantemente românticos e mais voltados para a sociedade urbana (amor, culto à natureza local, saudade da terra natal ou do passado, exaltação da figura de heróis etc.), mas também temas como libertação de escravos, instrução pública, afirmação da literatura regional etc. **(Reescrita do Parnasianismo no Rio Grande do Sul. Trabalha com periódico).**

O trabalho “Brasileiros e Americanos do sul: uma relação (quase) desconhecida”, de Maria Eunice Moreira, da PUC-RS, através de análise de periódicos e cartas, redescobre uma relação pouquíssimo analisada e discutida entre os intelectuais românticos brasileiros e americanos do sul, principalmente argentinos. Seu interesse é justamente deslocar o foco imposto pela crítica e pela historiografia oficial, de que toda a produção brasileira esteve colada à Europa. Assim, de acordo com Moreira, a relação Brasil-América, no que diz respeito a diálogos e influências, não é tão recente como parece. A relação entre os intelectuais brasileiros e argentinos começa, segundo suas análises, a partir da década de 1840, principalmente no que diz respeito à produção literária. Por exemplo, José Mármol e Juan Gutierrez permaneceram um tempo no Rio na segunda metade do XIX, convivem com os românticos filiados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Joaquim Norberto de Sousa Silva, através do contato com os dois, tece considerações sobre a literatura argentina contemporânea, apresentando as idéias de renovação da literatura nas Américas e de ruptura como os padrões europeus, defendidas por Mármol. Conforme Mármol, o Brasil era muito conservador nesse sentido e corria risco de ficar isolado e atrasado caso ninguém lhe abrisse essa via.

Moreira pontua que tais idéias podiam ser mal acolhidas em uma época em que precisávamos fortalecer nossa noção de nação, mas, curiosamente, ocorreu o contrário. A boa acolhida pelos românticos foi tal que o próprio Joaquim Norberto quando se dedica à escrita de *História da literatura brasileira*, recorre às idéias do amigo argentino para subsidiar seu empreendimento. Moreira salienta que, para ambos, foi o processo passivo de emancipação da colônia em relação a Portugal que possibilitou a manutenção de padrões conservadores no Brasil.

Joaquim Norberto também escreve sobre a literatura argentina, como, por exemplo, no texto “Indagações sobre a literatura argentina contemporânea” (1844), em que defende ser o triunfo das armas nacionais o que possibilitou aos autores cantarem sua nação em liras. Nessa afirmativa, fica claro como Norberto foi influenciado pelo pensamento argentino para a concepção de sua história da literatura, assim como se explica seu interesse por poemas que tematizam episódios pátrios. Em sua análise, compara o poeta argentino Esteban ao poeta brasileiro Gonçalves de Magalhães.

Moreira acredita que essa discussão traz novos subsídios para a escrita de uma história da literatura brasileira, indicando, “quem sabe, que as reflexões que se faziam aqui e ali, na outra margem da Banda Oriental, revelavam uma originalidade que vale a pena desvendar para poder discutir” (MOREIRA, 2004, s/p). **(Deslocamento do olhar da relação Brasil-Europa para Brasil-América. Trabalha com periódicos e cartas do século XIX).**

k) 2006

Em 2006, evidencia-se retomada de interesse na categoria, como indica o gráfico 12, ao marcar índice em torno de 35%. A tendência de projetos de arquivo, com o uso de periódicos, se consolida, com um total de 70,6% dos trabalhos. Na tentativa de se estabelecer seu perfil, depara-se com o seguinte quadro: volta a ser predominante o perfil de projeto de resgate, com 47% dos trabalhos. Todavia, os projetos de escritas de pequenas histórias de literatura, predominante desde a ABRALIC de 2002, continuam com representação significativa, de 41,1%, caracterizando-os como perfil secundário. Os demais trabalhos subdividem-se em projetos de releitura e um projeto isolado.

O trabalho “Origens da historiografia sulina”, de Carlos A. Baumgarten, da FURG, vinculado ao projeto de pesquisa “A historiografia literária de autoria sulina”, objetiva resgatar a historiografia literária no sul no século XIX, a qual não teve visibilidade por não estar antenada com o projeto da historiografia oficial de construção de nação, mas sim, preocupada com a prática de historiografia literária local. Nesse sentido, Baumgarten contesta a historiografia oficial, com seu princípio de unidade, ao apresentar, através de pesquisa com periódicos, a existência de outros projetos historiográficos em literatura no sul já nesse momento. Os resultados apresentados aqui são, ainda, parciais, todavia, seu levantamento de dados já permite pequenas observações, tais como o fato do sul apresentar-se como precursor em uma prática de historiografia local, negando, dessa forma, o mega-projeto historiográfico de nação, defendido pelo Romantismo. Assim, escritos de história da literatura manifestam-se somente no final dos anos 60 do século XIX, com o aparecimento de série de jornais e revistas voltados para a divulgação da literatura.

A primeira figura a escrever algo no sul com explícita intenção historiográfica foi Bulhões Ribeiro, que reflete o ideário da primeira geração

romântica, servindo para mostrar como o contato do sul com o pensamento romântico foi tardio. Outros nomes são 1) Glodomiro Paredes, que traça balanço do estágio em que se encontrava a literatura regional; difere produção escrita de produção oral, denominando a primeira “poesia dos poetas” (segundo ele, simples imitações de modelos naturais, como, exemplo, Casimiro de Abreu, Gonçalves de Magalhães e os estrangeiros) e a segunda de “poesia natural”; defende o estágio embrionário da literatura no sul na época, somente no âmbito da oralidade; e chama a todos para realizar o projeto de formação da literatura sulina, caracterizando-se como o primeiro a tentar traçar um diagnóstico da literatura local, dando início a uma prática historiográfica que repercute nos anos seguintes e ao longo do século XX; 2) Antônio M. Pinto, já se manifestando como resposta ao chamado de Glodomiro, traça breve painel da literatura do Estado a qual, segundo ele, já apresenta conteúdo para ser historiada, elegendo o grupo d’*O Guaíba* como marco inaugural da literatura sul-rio-grandense; 3) Bernardo Taveira Júnior, que também elege *O Guaíba* como ponto inaugural da literatura do sul; e mais outros autores-historiadores.

De acordo com Baumgarten, o mais significativo desses textos iniciais é fazer um inventário da produção literária local, o que viria, depois deles, a ser uma tradição no âmbito da escrita da história da literatura no Rio Grande do Sul. **(Resgatar a prática de historiografia literária no Sul, no século XIX. Trabalha com periódicos).**

O trabalho “Heron de Alencar e o tema do índio na literatura brasileira”, de Carla Patrícia Santana, da UNEB, objetiva recolocar Heron Alencar na linhagem dos historiadores de literatura brasileira, condenando sua exclusão, visto ele apontar para aspectos que seriam debatidos futuramente. Alencar inicia-se no cenário cultural da Bahia em 1947, como crítico e com preocupação historiográfica sobre o desenvolvimento do tema do índio na literatura brasileira. Seu principal texto sobre o assunto data de 1957 e se intitula “Esquema para o estudo do tema do índio na literatura brasileira”. Santana comenta haver um vácuo de publicações de história de literatura neste momento, até então havia o trabalho de Silvio Romero (1888) a Andrade Muricy (1940), e futuramente haveria o projeto de Antonio Candido, na década de 60, com a *Formação da Literatura brasileira*.

O foco de Alencar é compreender o tema do índio vinculado aos interesses nacionais, ou seja, às várias oscilações econômico-político-sociais pelas quais o país passa. Segundo ele, à medida que a elite tomava consciência de sua mestiçagem (incluindo o negro), buscava nova construção do índio. É desse modo que ele passa de bárbaro a símbolo da nacionalidade. Outro aspecto a ser comentado é que Alencar, ao elaborar sua história da literatura brasileira, apresenta uma periodicidade deferente da oferecida pela historiografia nacional. O porquê disso são os pressupostos que o guiam; como ele está preocupado em entender as transformações da imagem do índio, toda sua periodicidade é orientada por essa premissa. Assim, concebe como períodos a fase barroca, arcádica, romântica, pós-romântica, modernista e pós-modernista. Segundo ele, o Romantismo não aparece como ruptura ao Arcadismo. Este último teria preparado o terreno para o indianismo Romântico ao aliar o índio e a terra com seu sentimento de nativismo. Assim Alencar valoriza poetas como Alvarenga Peixoto, diferentemente da historiografia oficial, que não lhe dispensa grandes comentários. Justifica o período pós-romântico por defender a idéia de que o indianismo sobreviveu mesmo depois do Romantismo. Vale a pena pensar na questão da relatividade da periodização, pois o período pós-romântico só aparece, pela primeira vez em uma história de literatura brasileira, em função de seu foco no desenvolvimento do tema do índio na literatura.

Outro aspecto em que Alencar se antecipa é apontar para a necessidade de se estudar a produção de Sousaândrade (no caso, ele a justifica em função de seu tratamento do índio), coisa que o discurso oficial diz ter sido feito pela primeira vez por Haroldo de Campos.

E, para o pós-modernismo, classifica os mesmos poetas da Semana de 22, mas que agora apresentam um tratamento, segundo ele, literariamente mais maduro quanto à tradição indianista. **(Resgate de Heron de Alencar como historiador, o qual antecipa vários aspectos da historiografia abordados futuramente).**

O trabalho “Diálogos em revista: possibilidades de invenção pela tradição”, de Maria Suely da Costa, da UEPB/UFRN, objetiva mostrar que o Modernismo não foi um movimento homogêneo no país; que a perspectiva regional apresentada por alguns grupos não deve ser lida como inferior à de caráter mais global, apresentada pelos grupos canonizados. Segundo ela, essas

duas perspectivas funcionam, na verdade, como vertentes de um movimento que se complementam na prática literária. De acordo com Costa, em análise dos artigos publicados nas revistas literárias da época, sobretudo a *Revista de Antropologia*, os modernistas do Rio e de São Paulo agiam pressionados pela força das tendências cosmopolitas e os de Pernambuco e Rio Grande do Norte, e demais regiões, por valores culturais locais, o que não implica tendência ultrapassada e reducionista, como quis a historiografia literária oficial, que selecionou o grupo da região sudeste somente porque esse respondia mais adequadamente aos interesses de uma literatura nacional autêntica e original.

Costa apresenta tensões internas no Modernismo mesmo nos grupos do Rio e São Paulo. Ao analisar os artigos e resenhas das principais revistas literárias da época, constata que, por exemplo, a *Klaxon* e a *Terra Roxa* tinham preocupação referentes à realidade geral (nacional), com ênfase no atual e no autêntico; a revista *Estética* e a *Revista Festa* eram mais espiritualistas, promovendo aliança entre arte e religiosidade, trazendo à tona a valorização do caráter simbolista, que o Modernismo oficial tinha abandonado; e a *Revista de Antropologia*, que aparece no final da década de 1928, ao fazer um balanço crítico do que havia acontecido até então, deixa transparecer mais claramente as diferentes perspectivas regionais: o grupo de Pernambuco, liderado por Gilberto Freire, era mais próximo do grupo do Rio, acusando o de São Paulo de “importadores de estrangeirices e cosmopolitas” (COSTA, 2006, p. 05); já o grupo do Rio Grande do Norte, liderados por Câmara Cascudo, era mais próximo do pessoal de São Paulo. **(Resgata vertentes do Modernismo. Trabalha com periódicos).**

O trabalho “Academia dos rebeldes na Bahia: uma história à margem?”, de Angelo Barroso Costa Soares, da UNEB, tem por objetivo resgatar os modernistas baianos no período do Modernismo brasileiro, questionando a historiografia literária oficial, que supervalorizou o modernismo paulista, deixando outros grupos à margem. Somente Alfredo Bosi e Afrânio Coutinho mencionam os Rebeldes em suas histórias de literatura.

Segundo Soares, a Academia dos Rebeldes surge entre o final dos anos 20 e início dos anos 30, formada por jovens intelectuais que buscavam inovar a literatura. Editam dois periódicos, *Meridiano* e *O momento*, através dos quais divulgam seus trabalhos. É baseada em leitura desse material que Soares

fundamenta sua pesquisa. Consta como tema comum no grupo a negação da autoridade da tradição artística e literária com o seu ideal de beleza transcendente, universal e atemporal; a busca do transitório, valorizando a novidade, a mutabilidade, a invenção e a subversão do sentido; a busca do tempo original; a valorização da língua do povo, sem preocupação com a rigidez da norma culta. Nesse sentido, buscam romper com idéias retrógradas sobre arte e literatura, condenando o apego à tradição européia, o culto à literatura passadista e a valorização à tradição erudita. Seu foco é a tradição popular: convivem com capoeiristas, estivadores, prostitutas etc., apresentando-se como o grupo de intelectuais e escritores que mais avançou na pesquisa sobre a cultura baiana, confrontando-se com outros grupos da época, como, por exemplo, Arco & Flecha e Samba, mais conservadores.

De acordo com Soares, a pouca relevância dada à Academia dos Rebeldes se deve em função da formação da historiografia literária que, seguidora da mesma lógica tradicional “feita de grandes vultos e ‘fatos’ que forjam a nação” (SOARES, 2006, p. 04), não comporta práticas sociais, artísticas e culturais tidas como locais. Assim, tudo ficou obliterado pela centralidade do modernismo paulista, “que se passou como o modernismo de uma nação” (*Ibidem*, p. 05). **(Resgate dos modernistas baianos. Trabalha com periódicos).**

O trabalho “O cânone do século dezenove revisitado: alguns apontamentos sobre as relações de gênero em produções de mulheres em jornais”, de Antonia Rosa de Almeida, da UVRV, pretende resgatar o papel da mulher no século XIX com seu processo de emancipação. Para tal, trabalha com jornais da época, encontrando, inclusive, jornais de forte conotação feminina, como *O sexo feminino*. Busca mostrar que havia, sim, no Brasil, um forte movimento feminino na busca de emancipação já naquela época e que esse era liderado por mulheres vinculadas às Letras, tais como Francisca Senhorinha da Motta Diniz (fundadora do jornal citado) e Nísia Floresta, que lutam pela importância da educação, do direito ao voto e ao trabalho e, sobretudo, pelo direito de escrita e de publicação. Esse tipo de panfletagem aparece tanto em artigos de jornais quanto em seus romances. Assim, Almeida defende a necessidade de se visitar o cânone do século XIX com questionamentos em relação ao gênero, evidenciando uma forte participação da mulher no processo de construção da cidadania e,

consequentemente, do projeto nacional. **(Resgatar a atuação da mulher no século XIX nas Letras. Trabalha com periódicos).**

O trabalho “Ronald de Carvalho: leitor e formador de leitores”, de Adalberto de Oliveira Souza, da UEM, objetiva resgatar aspectos da leitura do projeto historiográfico de Ronald de Carvalho, segundo ele, quase sempre ignorados pelos pesquisadores. Para Souza, a maioria dos críticos coloca em evidência o papel de Ronald com seus textos em prosa e ensaios, mas sua *Pequena história da literatura brasileira*, de 1919, marca a formação de toda uma geração de críticos. De acordo com ele, os que colocam em evidência tal obra, focam sua atenção somente na sua seleção canônica, não na sua importância na linhagem historiográfica. De acordo com Souza, essa obra foi um elo entre os séculos XIX e XX, pois, ao pretender corrigir os erros de Silvio Romero, acusando-o de excessiva preocupação com a raça, e de José Veríssimo, criticando-o por seu interesse somente em relação à obra, Ronald tenta, justamente, um equilíbrio entre esses dois aspectos (ainda que apresente preferência pelo projeto de Romero).

Outro aspecto pouco comentado em sua obra é o levantamento que realiza da crítica literária brasileira existente no Romantismo, apresentando toda uma análise evolutiva da passagem desse movimento para o momento em que se encontra, passando pela Escola de Recife, com Tobias Barreto e Silvio Romero. Assim, é um dos primeiros a historicizar o pensamento crítico da época. **(Regate de aspectos na historiografia de Ronald de Carvalho).**

O trabalho “Modernismo carioca: uma outra história”, de Constança Hertz, da UFRJ, defende a existência de outros Modernismos no Brasil que não somente o de São Paulo. Outros grupos, ou mesmo artistas isolados, identificaram-se com outras vanguardas que não o futurismo e o cubismo, como o grupo de São Paulo, e conceberam suas produções com outros projetos estéticos de renovação, mas, como esses não estavam ancorados em uma busca de autenticidade nacional, não se enquadraram no que a crítica oficial quis chamar homogeneidade modernista. Assim, ficaram de lado, excluídos do cânone modernista, pois não permitiam ver uma unidade de pensamento renovador nas artes no país. A proposta de Herz é pensar escritas historiográficas que resgatem esse tipo de produção. Seu foco é no que chama de Modernismo carioca, mas defende a existência de outros grupos em outras regiões do país. Nesta comunicação, trabalha com alguns resultados de seu

trabalho com o Rio. Apresenta o primeiro cineclube brasileiro, que existiu entre 1928 e 1931, o Chaplin Club, formado por um grupo cujo debate (primeira crítica cinematográfica no país) não se liga às questões do grupo de São Paulo, ou seja, não têm preocupação social, nacional ou qualquer intenção de representação realista ou naturalista, todavia, apresentam uma estética cinematográfica nova. Estavam mais antenados ao Expressionismo alemão, voltam-se, desse modo, para um universo interno, sombrio. Como exemplo dessa estética, destaca os filmes de Mario Peixoto.

Na literatura, chama atenção para a produção de Cornélio Penna, cuja dissonância do Modernismo paulista é tamanha que Mario de Andrade, ao resenhar seu romance *Dois romances de Nico Horta*, diz que Penna “exagera um bocado na utilização do tenebroso, do mistério, do mal-estar”, apesar de afirmar também que a obra apresenta novidades estéticas enriquecedoras para o romance brasileiro da época.

Hertz afirma a existências de outros grupos voltados para o interno na década de 30, os quais não formaram um grupo que seguisse preceitos ou manifestos, o que pode, segundo ela, ter ajudado na sua pouca visibilidade em âmbito nacional. **(Resgate de outros Modernismos que não somente o de São Paulo).**

O trabalho “Nem semana, nem 22, nem Teatro Municipal: a revista *Joaquim*, espaço de estréia dos modernistas paranaenses (1946-1948)”, de Maria Cristina Perigo, da UTFPR, pretende mostrar que houve um Modernismo no Paraná, o qual foi deixado fora da historiografia oficial. De acordo com Perigo, o Modernismo paranaense se deu tardiamente porque o Simbolismo no Paraná se prolongou por quase quatro décadas, ultrapassando a Semana de 22, começando a ceder somente após a morte de Emiliano Perneta, em 1921, e desaparecendo com a morte de Dario Vellozo, em 1937. Todavia, os resquícios deixados pelo movimento só viriam a desaparecer completamente com a revista *Joaquim*, fundada em 1946 por Dalton Trevisan, Antônio Walger e Erasmo Pilotto. Importante mencionar que o Modernismo paranaense, diferente dos Modernismos de outras regiões, não foi criticado pelo grupo de São Paulo, muito pelo contrário, são freqüentes escritos de Drummond, Mário de Andrade, e mesmo de críticos como Antonio Candido, agradecendo o recebimento de exemplares da revista e elogiando seu ousado conteúdo. Perigo aponta como provável justificativa dessa

atitude, o fato do Modernismo no Paraná ocorrer quando o Modernismo do eixo Rio-São Paulo já passava por seu balanço crítico, realizado pelos próprios idealizadores do movimento, como Mário. **(Atualização do Modernismo tardio no Paraná. Trabalha com periódicos).**

O trabalho “Memória arquivada: um olhar sobre os periódicos sul-riograndenses do séc. XIX” de Mauro N. Povoas, da FURG, realiza uma pequena história das mentalidades do homem das Letras do Rio Grande do Sul do século XIX através de registros em periódicos da época. Para tal, trabalha com os periódicos *O Guaíba* (1856-1858), *Revista Mensal da Sociedade Partenon Literário* (1869-1879) e *Corimbo* (1883-1943) (deste último analisa somente os primeiros 16 anos). Em sua pesquisa, Povoas encontra dados que batem de frente com os registros realizados pela historiografia oficial, como, por exemplo, a afirmativa oficial de que os gaúchos eram favoráveis e defensores da República (há uma grande apologia a personalidades que defendiam um regime de governo centralizador, sem direitos do cidadão e favoráveis à escravidão) e de que as mulheres não tinham espaço público na escrita, assim como permite o resgate de autores que ficaram fora do cânone por não atenderem aos princípios do projeto oficial de nação. Defende, assim, os periódicos como sendo arquivos disponíveis para se “apanhar um instantâneo de um momento pretérito cristalizado no papel” (POVOAS, 2006, p. 15). **(Pequena história das mentalidades do homem letrado do sul no século XIX. Trabalha com periódico).**

O trabalho “A escritura da história da literatura brasileira através de epítetos”, de Claudio Cezar Henriques, da UERJ, tem objetivo de apontar para as múltiplas vias de escrita de histórias de literatura, dos múltiplos objetos de orientação, os quais, por sua vez, ocasionam variados olhares e resultados. Seu objetivo é escrever uma pequena história da literatura no Brasil, usando como objeto de análise os epítetos de escritores da literatura brasileira. Nesse sentido, Henriques traça linhas temporais de tentativa de compreensão do papel simbólico representado por escritores no país através dos epítetos que os mesmos receberam. Neste trabalho, restringe-se, todavia, a defender os princípios de seu projeto e a apresentar alguns epítetos. Assim, dá como exemplo, os comumente conhecidos, como, Boca do Inferno, para Gregório; Bruxo do Cosme Velho, para Machado; Poeta dos Escravos, para Castro Alves; Grande Personagem, para Hilda Hilst; Polaco, para Paulo Leminski etc. Divide esses epítetos em quatro grupos: 1) os

auto-epítetos, como, por exemplo, Urso Polar (Drummond), Poeta Menor (Bandeira), Velho Braga (Rubem Braga); 2) os pejorativos, como, por exemplo, Ratazana ao Molho Pardo (Oswald para Cassiano Ricardo), Sapo Tanoeiro (Bandeira para Bilac); 3) os especificamente femininos, como, por exemplo, Rainha das Escritoras Brasileiras (Raquel de Queiroz), Escritora Maldita (Ana Cristina César) e 4) os epítetos compartilhados, como, por exemplo, Escritor Maldito (Nelson Rodrigues, Jorge Amado, João Antônio, Dalton Trevisan etc.), Príncipe dos Poetas Brasileiros (Bilac, Alberto Oliveira, Olegário Mariano, Guilherme de Almeida, Menotti del Picchia, Paulo Bonfim), e Bruxo (Machado de Assis e, por incrível que pareça, Paulo Coelho).

Essa divisão permite perspectivas de escrita de história de literatura interessantes, pode-se vislumbrar a visão que o próprio escritor tem de si em sua época, com os auto-epítetos, comparando-a com a da historiografia oficial; pode-se perceber divergência de grupos no caso dos epítetos pejorativos; e, sobretudo, pode-se tentar traçar linhagens com os epítetos compartilhados. **(Escrita de história de literatura com uso de epítetos).**

O trabalho “A literatura como tema do discurso crítico nos jornais mato-grossenses da segunda metade do século XIX”, de Eni Neves da Silva Rodrigues, da UNICAMP, apresenta um projeto de história de mentalidades sobre o pensamento crítico, em Mato Grosso, no século XIX, veiculado fora do foco de atenção das críticas e dos grandes manuais de literatura. Para tal, trabalha com jornais da segunda metade do século XIX. Seu marco vai dos anos 60 (quando foi descoberto o primeiro artigo dentro do seu tema) ao final dos anos 90. Reuniu cerca de trinta textos críticos, os quais foram reunidos em grupos de acordo com seus conteúdos (poética, poesia e prosa, textos de ficção e de não ficção). Neste trabalho, apresenta o primeiro artigo encontrado, o qual revela que a literatura, nos anos 60, era somente pretexto para se tratar de questões políticas, e os três textos críticos que tiveram a literatura com centro de interesse, os quais apontam a aplicação de novos métodos de análise de obras literárias baseados em teorias científicas recém descobertas, como as de Lambroso, por exemplo; e/ou tratam da influência da arte literária sobre a vida das pessoas e vice-versa, mas sempre no sentido pejorativo, ou seja, como a literatura pode perverter costumes e condutas. Até o momento, lida com os jornais *A imprensa de Cuiabá* e *O Mato Grosso*. De acordo com Rodrigues, esse estudo pode ser tomado “como uma amostra do tipo

de reflexão sobre a arte literária em geral que estava sendo feita naquela época em terras matogrossenses.” (RODRIGUES, 2006, p. 06). Segundo ela, “evidentemente que isso não era uma questão restrita a essa determinada região do país” (*Idem*). **(Pequena história das mentalidades no Mato Grosso na segunda metade do século XIX. Trabalha com periódicos).**

O trabalho “A atuação dos livreiros e a circulação de romances em Fortaleza no século XIX”, de Ozângela de Arruda Silva, da UNICAMP, tem como objetivo apresentar uma pequena história de literatura veiculada ao aspecto do circulador do livro. Nesse sentido, temos uma historiografia literária se operacionalizando em um campo que extrapola o da historiografia comum, no caso, na esfera do subsistema da mediação. Seu recorte é a Fortaleza oitocentista, especificamente, os “estabelecimentos que promoviam a venda de livros, seja por mãos de comerciantes/livreiros que, com o decorrer das décadas se especializaram na venda de livros, seja por mão de comerciantes de diversos produtos que, conjuntamente ao acervo de variedades, vendiam o objeto livro” (SILVA, 2006, p. 01). Segundo Silva, é curioso pensar que os livreiros, agentes de difusão da literatura, tenham sido “deixados de lado pela historiografia” (*Ibidem*, p. 03). Em seu projeto, dedica-se, especificamente, aos difusores de textos de prosa ficcional, apresentando, neste trabalho, três livreiros: Manoel Antônio da Rocha Júnior, Joaquim José de Oliveira e Gualter Rodrigues Silva, focando algumas de suas atividades ligadas ao romance. Em suas apresentações, têm como dado comum: anunciarem seu objeto em jornais, como, por exemplo, *O cearense*, dizendo que era possível comprar ou alugar o livro (informam o valor do depósito inicial, as mensalidades fixas e a responsabilidade com o produto levado em caso de danificação); os livros mais procurados eram os dramalhões e os romances de Alexandre Dumas; a maioria trabalha com livros em lojas de variedades por mais de 30 anos e poucos fundam uma livraria (pois viver somente de venda e empréstimo de livro não dava lucro, daí a necessidade de loja de variedades); quase todos os anúncios usavam de artimanhas comerciais para chamar a atenção dos clientes (como imagens publicitárias e promoções nos anúncios de jornais); a maioria dava preferência ao nome da obra e à sinopse do romance, pois poucos liam em função do autor.

Esse tipo de pesquisa é interessante enquanto história das mentalidades, para entendermos como se operava o pensamento no que diz respeito à lida com

livro e com a leitura na época. **(Pequena história da literatura sob o viés da mediação, com a figura do livreiro. Também história das mentalidades. Trabalha com periódicos).**

O trabalho “*Revista Ilustrada: romances e leitura no Brasil dos fins do século XIX*”, de Rubiana de Souza Barreiros, da UNICAMP, objetiva uma pequena história das mentalidades no que diz respeito ao modo como certos romances foram divulgados, como o movimento de leitor e de leitura veiculado pela revista funcionou na disseminação de representações romanescas e em que sentido isso ajuda a entender o processo de consolidação do romance como gênero no Brasil do final do século XIX. Para tal, trabalha com a *Revista Ilustrada*, fundada no Rio de Janeiro por Ângelo Agostini e editada por Garnier, regularmente distribuída em todas as províncias e nas cidades do interior, apresentando, além das ilustrações, comentários, anúncios e críticas romanescas, e chegando à tiragem de quatro mil exemplares (número jamais atingido por nenhum jornal ilustrado na América do Sul). Tudo isso valida a revista como fonte de observação dos propósitos de Barreiros, visto o grande número de leitores que a revista atingiu. Segundo ela, a revista apresenta “elementos para a compreensão da maneira como determinados romances (reconhecidos ou pouco reconhecidos pelo público especializado da época) foram lidos, quais as leituras/interpretações foram feitas a partir destes livros, como estas foram divulgadas, seja na forma de ilustração ou pela escrita” (BAREIROS, 2006, p. 01). O periódico tornou-se lugar de debate sobre o gênero romântico e sobre várias obras e autores, o que se observa nas apresentações em que críticos se ocupam em atacar, defender, explicar, justificar ou divulgar romances. Neste momento da pesquisa, Barreiros apresenta, como resultados parciais, uma série de propagandas e de romances, em sua maioria exibidos como lista/sugestão de livros a serem lidos. Não realiza, ainda, análise desse material. **(Pequena história das mentalidades do processo de consolidação do romance como gênero no Brasil no final do XIX. Trabalha com periódicos).**

O trabalho “Lugares e caminhos do romance em Campinas (1870 - 1880)”, de Sílvia Aparecida José e Silva, da UNICAMP, pretende realizar uma história das mentalidades da população de Campinas do final do século XIX, a fim de delinear os caminhos percorridos pelos romances nesta localidade, assim como traçar o perfil dos leitores daquela época, tentando entender o processo de

consolidação do romance enquanto gênero no Brasil desse período. Para tal, trabalha, até o momento, com as seguintes fontes: *Gazeta de Campinas* (único jornal a circular em Capinas desde dezembro de 1869) e *Almanaques campineiros*, ambos nas décadas de 1870 e 1880. A justificativa do uso dos *Almanaques* se dá em virtude desses catalogarem os locais onde se poderia entrar em contato com as obras, seja para comprá-las, seja para alugá-las. Esse tipo de dado é importante para se verificar os títulos que circulavam entre a população e comparar se batem com as indicações, sugestões, críticas e comentários apresentados na *Gazeta* e nos *Almanaques*. Silva ressalta que o almanaque se constitui como gênero de produção literária amplamente publicado no Brasil e, particularmente, em Campinas, na passagem de sua estrutura agrícola para capitalista-burguesa. Neste trabalho, apresenta resultados parciais de sua pesquisa, como, o apanhado das obras que constavam no Gabinete de leitura: 378 obras, sendo a sua grande maioria do setor literário (269 romances e 16 poesias) e o restante livros de história, dicionários, religião, direito, ciências e jornais. Assim, o romance representa 71% do acervo, revelando claramente o interesse do público, “já que um Gabinete de leitura prima por atender aos interesses de seus sócios” (SILVA, 2006, p. 08). Todavia, os números também revelam que esse interesse não era sobre obras brasileiras, visto somente cinco, desse total, serem de romances nacionais. Os demais são todos traduções, sendo que nesse setor o grande destaque são para os franceses. Outro dado é o fato desses números não significarem 269 romances diferentes. Somente 42 títulos constam como volumes únicos do acervo. A grande preferência do público eram os românticos (portugueses, Almeida Garret, Camilo Castelo Branco e Alexandre Herculano; brasileiros, somente José de Alencar e Joaquim Manoel de Macedo).

Seus dados até o momento tratam somente do que se lia através do Gabinete de leitura, mas os primeiros apontamentos, nos *Almanaques*, sobre listas de onde se comprar ou alugar livros (lembrando sempre que tal prática não era restrita a livrarias, muito pelo contrário, era mais comum nas lojas de variedades) apontam para outras perspectivas (esses dados, contudo, ela só menciona, pois está muito no início desse aspecto da pesquisa). **(Pequena história das mentalidades sobre o perfil dos leitores e os caminhos percorridos pelos romances na localidade de Campinas no final do século XIX. Trabalha com periódico).**

O trabalho “Samuel Rawet: arte escrita em revista”, de Francisco Venceslau dos Santos, da UERJ, defende traços que caracterizam a literatura dos anos 50, a qual sempre ficou à margem dos cânones erguidos pela história da literatura, que se concentrou nos anos 40 e 60, com a força do realismo regional. Nas palavras de Santos, é necessário compreender a epistemologia dos anos 1950 “para retirá-lo do quadro de exclusão da dinâmica de uma historiografia literária que se entrelaça com os anos 40 e 60 (SANTOS, 2006, p. 01). Diz que, ao contrário do que afirmam muitos críticos, o Rio de Janeiro dos anos 1950 foi um pólo de articulação de intelectuais, ficcionistas e poetas. Neste trabalho, que se constitui como fragmento de uma pesquisa de arquivo ainda em curso, seu foco recai nos contos. Em pesquisa de fonte com os periódicos *Revista branca* (1948-1957) e a coluna “Jornal dos novos”, do jornal *A manhã* – usados como laboratório pelos escritores –, Santos defende que esse gênero passou por vários procedimentos experimentais de ordem estética, mas não no sentido de liberdade de criação, como se isso já estivesse integrado à experiência da escrita. O que marca a unidade nos anos 50, caracterizada como o novo no gênero das narrativas curtas, é um projeto de utilização da linguagem como meio de investigação do existencial, daí, o sentimento de intimidade que marca os anos 50, com abertura, principalmente, para interfaces de autobiografia. **(Reescrita da história da literatura no Brasil, com a inclusão da produção dos anos 1950, excluído pelo discurso oficial. Trabalha com periódicos).**

O trabalho “*O sutil veneno do selvagem: sentimentalismo e identidade no romance romântico brasileiro*”, de André Cabral A. Cardoso, da New York University, apresenta uma releitura do aspecto indianista em José de Alencar e de seus projetos de busca de identidade nacional que difere da historiografia oficial. Esta última trabalha com a idéia de fusão de opostos para garantir sua homogeneidade, já Cardoso objetiva demonstrar que isso não ocorre, mas sim que se trata de redes de contradições, de tensões não resolvidas. Segundo Cardoso, Alencar, em *Como e porque sou romancista*, apresenta, como projeto, trazer à tona a unidade nacional via escrita. Todavia, ele defende que seus romances indianistas “estão longe de serem expressão direta e transparente de uma essência nacional (...). Noções como nação, essência, natureza, identidade e papéis sexuais, apesar de apresentados como elementos claros e não-problemáticos, são ambíguos e escorregadios” (CARDOSO, 2006, p. 06). Defende que romances como *O*

Guarani e *Iracema*, por exemplo, apesar de, à primeira vista, buscarem estabelecer uma identidade nacional com clara delineação do que é nosso em oposição ao que é estrangeiro, no fundo, deixam aparecer que o modelo de identidade buscado se liga à indiferenciação e à indeterminação, em função de querer englobar tudo, os elementos mais díspares: “trata-se de uma identidade que, ao querer abarcar tudo, se mantém indefinida e sem projeto claro” (*Ibidem*, p. 07). De acordo com Cardoso, esse modelo de identidade, via indiferenciação, ao expressar seus pares antinômicos – ausência/presença, nacional/estrangeiro, nós/eles, miscigenação/pureza, feminino/masculino, erotismo/sublimação, corpo/espírito, positivo/negativo etc. –, gera uma tensão na própria linguagem. Nesse sentido, propõe uma outra perspectiva de leitura para Alencar: não de busca de unidade, mas como escrita que marca justamente a tensão existente em nosso processo de busca de identidade. **(Releitura de José de Alencar).**

O trabalho “A mentalidade brasileira: concepções sobre a morte na obra *Tratado de Direito Natural*, de Tomás Antônio Gonzaga”, de Sandra Aparecida Pires Franco, da UEL, tem como objetivo analisar o pensamento da formação dos intelectuais brasileiros no XVIII que iam estudar na Universidade de Coimbra. Para tal, centra-se em textos de Tomás Antônio Gonzaga não valorizados pelo cânone oficial, os quais permitem perceber uma outra faceta, não valorizada e mesmo “esquecida”, do autor, a de oportunista e não tão comprometido assim com os valores do Arcadismo, ao qual é oficialmente filiado. Segundo Franco, Gonzaga já havia, por exemplo, defendido a Igreja e o marquês de Pombal quando pleiteava uma cadeira de professor na Universidade de Coimbra. Seu argumento é que o *Tratado de Direito Natural*, escrito em 1768, provavelmente ficou fora do cânone literário por ser dedicado ao marquês de Pombal, o que implicaria releitura de Gonzaga. Para o autor, o *Tratado* deve ser lido como literatura, “uma vez que a nossa história literária em diferentes momentos considerou muitos documentos literatura propriamente dita” (FRANCO, 2006, p. 09). De acordo com Franco, esse documento permite entender estruturas de pensamentos da época, como, por exemplo, sua relação com a morte e suas instituições políticas como a família e a cidade, uma vez que “expõe como deveria agir o homem do século XVIII com suas regras e limites para o bem-estar de toda a comunidade” (*Ibidem*, p. 13). **(Releitura do status da obra *Tratado de Direito Natural*, de Tomás Antônio Gonzaga, e de aspectos do autor ignorados pela historiografia oficial).**

O trabalho “O trabalho pedagógico dos homens de letras entre 1870-1900”, de Armando Gens, da UERJ/UFRJ, objetiva explicitar aspectos dos chamados “homens de Letras” em seu trabalho de constituição canônica no final do século XIX. Segundo Gens, havia várias associações pelo país na segunda metade do século XIX (anteriores à fundação da Academia Brasileira de Letras) que, apesar de em sua maioria serem compostas por grupos de intelectuais com objetivo principal de elogio mútuo, também realizavam atividades de cunho pedagógico ao tentar fazer veicular informações sobre as produções de cada grupo. Todavia, o aspecto mais interessante no que diz respeito à escrita historiográfica em literatura é saber que esses grupos eram muito fechados e apresentavam rixas entre si que, de certa forma, extrapolaram esse âmbito, influenciando decisões no que diz respeito à construção do cânone literário nacional. Por exemplo, Gens comenta da rivalidade entre o grupo de *A semana* (em sua primeira fase) e o grupo de *A vida moderna*, revelando que “os ataques de Silvio Romero a Machado de Assis e Luís Delfino tiveram como elemento catalisador as hostilidades que o grupo de *A semana* desferira contra o crítico sergipano. Indo à forra, o autor de *O naturalismo em literatura* voltou-se contra os ídolos da revista que lhe fechara as portas” (BROCA apud GENS, 2006, p. 01). Assim, Gens se indaga até que ponto Machado não foi excluído do cânone por Silvio Romero em função de uma rixa particular, tendo sua decisão influenciado várias leituras futuras de Machado de Assis. Nesse sentido que ele defende, mais do que nunca, questionamentos e revisitações nas historiografias oficiais. **(Explicita aspectos dos homens das Letras em seu processo de construção canônica na literatura nacional. Trabalha com periódicos).**

→ Pensando a categoria como um todo, temos a seguinte estrutura: em 1990 começa a se esboçar um perfil com projetos empenhados em realizar uma releitura do Modernismo. Somente em 1994 a categoria permitirá a formação de um perfil principal, o qual se caracteriza pela (re)inserção de elementos (autor, obra e/ou movimento) deixados à margem do cânone oficial, o qual se confirma também em 1996. Em 2000, esse perfil sofre ligeira transformação, a característica continua sendo a (re)inserção de elementos à margem, mas com foco na esfera do crítico e/ou do historiador de literatura, nesse sentido, um perspectiva historiográfica na esfera do observador de segunda ordem, como se os

pesquisadores estivessem repensando/reavaliando o seu *locus* de atuação. Importante lembrar que a perspectiva de reinserção de autor e/ou obra também continua presente. Em 2002, o perfil se caracteriza por projetos de (re)escrita de pequenas histórias de literatura, com um recorte temporal específico. Vale ressaltar que o padrão iniciado em 1994, de (re)inserção de elementos à margem, assim como a prática de releitura, iniciada em 90, continuam a se manifestar, mas como perfil secundário. Esse quadro se repete em 2004, consolidando, finalmente, tais padrões. E, em 2006, evidencia-se certo equilíbrio nos dois perfis mais comuns da categoria: a (re)inserção, o resgate, de elementos deixados “de fora” e as pequenas histórias de literatura.

Assim, pode-se dizer que os projetos se dividem em dois eixos principais: de resgate de elementos deixados à margem do discurso oficial e de práticas de escrita de pequenas histórias de literatura que dão visibilidade a esses elementos, o que aponta para certa complementaridade entre os eixos em questão.

Outro aspecto a se marcar são as pesquisas de arquivos, com uso de periódicos e/ou cartas. Pensando os projetos como um todo, computa-se um total de 47,16% dos trabalhos nessa linha. Em análise qualitativa, constata-se que sua grande maioria propõe a escrita de pequenas histórias das mentalidades dos períodos que analisam. Usam a questão das mentalidades para fundamentar uma outra realidade, um outro cenário, que não o apresentado pelo discurso oficial. E, em função dessa outra realidade, desconstróem assertivas defendidas pela historiografia literária oficial. O período mais questionado pelos projetos é a passagem do século XIX para o XX, seja em projetos que foquem o chamado “pré-modernismo”, seja em projetos que foquem o Modernismo.

No primeiro caso, há dois eixos principais: um aponta para a inexistência desse período intermediário entre os projetos tradicionais classificados como Parnasianismo e Simbolismo e Modernismo; defendem que o chamado “pré-Modernismo” deveria vir no grupo do Modernismo, como produções diferentes do projeto paulista, mas tão modernos quanto, caracterizando, justamente, aspectos outros do processo de modernização pelo qual o país passava, sobretudo por seu caráter de escrita jornalística. O segundo eixo acentua a existência de uma produção entre os dois movimentos (Parnasianismo-Simbolismo e Modernismo) que, apesar de não se caracterizar como movimento literário – com princípios

políticos e estéticos explícitos e defendidos por um grupo, como fazem os demais movimentos –, não deve ser lida como menor em relação ao Modernismo.

No segundo caso, encontra-se a grande maioria dos trabalhos, que não só sinalizam, mas demonstram claramente a *inexistência* do Modernismo como projeto único e homogêneo, que tenha abarcado todo o país no processo de busca de uma literatura nacional, mas sim, para a co-existência de vários Modernismos, em diferentes regiões do país, caracterizando, justamente, o aspecto plural na produção literária brasileira. Nesse sentido, o grupo organizado em torno da Semana de 22 seria somente mais uma das vertentes modernistas do país. Os projetos apontam para vertentes nos estados sulistas, no Pará, no Mato Grosso, em Pernambuco e no Rio de Janeiro, e todos defendem que tais grupos ficaram à margem da historiografia literária nacional por apresentarem projetos diversos, nem sempre preocupados com a questão da busca de uma literatura nacional. E, nesse sentido, desmascaram a linearidade da escrita tradicional, mostrando que essa só pode existir quando se opera na lógica da exclusão, da retirada do diferente, daquele que impede a linha causal da narrativa historiográfica.

Quantitativamente, os temas mais pesquisados são o Modernismo e a figura da mulher nas Letras, sendo que o primeiro é, indiscutivelmente, o mais questionado, computando 20 projetos, o que evidencia que esse período ainda não foi suficientemente averiguado e avaliado nem pela crítica nem pela historiografia literárias.

Quando à figura da mulher nas Letras, o tópico principal é sempre a necessidade de se rever o cânone para inserir expressamente sua produção ao longo do século XIX, visto a mesma ser inexistente em todas as historiografias literárias oficiais. A mulher aparece, assim, como o elemento menos privilegiado, para não dizer totalmente inexistente, no processo de formação da identidade nacional no país. Nenhum desses projetos é de releitura – como no caso de Sousândrades, por exemplo, que consta no cânone, apesar de não valorizado como os demais de sua época –, todos são de inserção.

Claro que há muitos outros aspectos que podem ser contemplados, visto o caráter plural de leituras possíveis num acervo desses. Apresento aqui, somente alguns dos apontamentos que considero mais relevantes a serem feitos em uma leitura mais ampla. Não poderia, contudo, deixar de mencionar um último aspecto, não menos relevante, da categoria em questão: todos os trabalhos apresentam uma

perspectiva construtivista do cânone, ainda que não explicitem suas premissas epistemológicas. Isso se evidencia em função dos projetos, ao mesmo tempo em que propõem a releitura, o resgate, a reescrita e/ou a (re)inserção, atuarem igualmente na desconstrução do discurso oficial e, por consequência, na revisão do cânone.